

FACULDADE DE HUMANIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

WILLIAM OLIVEIRA CARVALHO

UMA DEFESA MEINONGUIANA DOS OBJETOS NÃO-EXISTENTES

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

WILLIAM OLIVEIRA CARVALHO

UMA DEFESA MEINONGUIANA DOS OBJETOS NÃO-EXISTENTES

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), para qualificação, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia

Linha de Pesquisa: Metafísica

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pich

Porto Alegre

2021

WILLIAM OLIVEIRA CARVALHO

UMA DEFESA MEINONGUIANA DOS OBJETOS NÃO-EXISTENTES

Dissertação apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), para qualificação, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich
Orientador
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. André Luiz de Almeida Lisbôa
Purdue University

Prof. Dr. Italo Lins Lemos
Universidade Estadual de Maringá

Porto Alegre

2021

Aos meus Pais!

Agradecimentos

Agradeço à coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que possibilitou a realização desta pesquisa.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) pelo ambiente excepcional de estudo que me vêm propiciando.

Agradeço à Biblioteca Central Irmão José Otão pela estrutura, conforto e carinho dos seus profissionais. O Local que é praticamente meu segundo lar.

Agradeço ao meu orientador, Roberto Pich, pelo acolhimento, paciência e incentivo. Sua erudição e clareza intelectuais me ajudaram enormemente durante a pesquisa.

Agradeço aos membros das bancas de qualificação e de defesa, composta por André Neiva e Ítalo Lins. Suas leituras atentas e comentários críticos me ajudaram significativamente, além dos elogios.

Agradeço aos colegas metafísicos do Brasil: Luisa Luze, Daniela Soares, Rosi Morokawa, Rhamon Oliveira, Gustavo Lyra, Rodrigo Cid, Pedro Merlussi e Valdenor Júnior. Em especial ao Tiago Ponti que me deu a oportunidade de conhecer a todos esses colegas que aqui dedico a minha estima; ao André Pontes, onde seus escritos me incentivaram para a área da metafísica analítica; e ao Ítalo Lins, parceiro intelectual que tem me propiciado discussões frutíferas.

Agradeço aos colegas da Pucrs: Gregory Gaboardi, João Fett, Eduardo Alves, Samuel Cibils, Vinícius Posselt, Darlan Lorenzetti, Arthur Pinto, Renata Floriano, Aleska Domingues, Giovane Vaz e Diogo Luz. Em especial ao Rogel de Oliveira e ao André Neiva pelo apoio e incentivos.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação educacional durante a época em que estive estudando no ensino fundamental e médio no Colégio Estadual Padre Rambo. Se eu cheguei até aqui é porque vocês foram a minha base. Agradeço também a todas as amigas que pude fazer nesse período em que estive estudando.

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, a minha irmãzinha Duda que tanto amo e ao nosso cachorrinho Téo que tem nós proporcionado muitas alegrias e brincadeiras. Dedico também à memória da nossa Hamster Jujuba.

Agradeço também a Roberta de Azambuja, Pâmela Flach e a Mara Severo por terem permitido com que eu pudesse fazer parte da vida de vocês. Ainda estão na minha lembrança os ótimos momentos vividos. Não as esquecerei jamais.

Resumo

O meinonguianismo de uma forma geral defende que: Dada qualquer condições de propriedades Φ , há necessariamente um objeto que possui exatamente todas as propriedades que satisfazem Φ . Nesse sentido, o domínio meinonguiano de discurso apresenta diferentes tipos de objetos como: completos, incompletos e impossíveis. Mas segundo Russell, tais objetos violam os princípios lógicos do terceiro excluído e o da não-contradição. E conforme Quine, não podemos nos comprometer ontologicamente com objetos que não existem. Assim, Russell e Quine vão se utilizar do método da paráfrase com a finalidade de eliminar as expressões de uma sentença que denotam objetos não-existentes como pertencente de alguma forma ao domínio do ser. Mas, a ideia básica desse trabalho é apresentar uma defesa meinonguiana dos objetos não-existentes; respondendo ao Russell de que o meinonguianismo não viola nem o princípio do terceiro excluído nem o princípio da não-contradição, e ao Quine de que o meinonguianismo não se compromete ontologicamente com nenhum objeto não-existente. Por fim, defenderei um domínio meinonguiano, onde os objetos sejam compreendidos como objetos lógicos de um discurso. O objetivo é estabelecer as condições de referência para todas as expressões denotativas de uma dada linguagem qualquer.

Palavras-Chave: Meinonguianismo. Compromisso ontológico. Objetos não-existentes.

Abstract

Meinonguianism in general defends that: Given any conditions of properties Φ , there is necessarily an object that has exactly all the properties that satisfy Φ . In this sense, the Meinonguian domain of discourse presents different types of objects such as: complete, incomplete and impossible. But according to Russell, such objects violate the logical principles of the excluded third party and that of non-contradiction. And according to Quine, we cannot commit ourselves ontologically to objects that do not exist. Thus, Russell and Quine will use the paraphrase method in order to eliminate the expressions of a sentence that denote non-existent objects as belonging in some way to the domain of being. But, the basic idea of this work is to present a Meinonguian defense of non-existent objects; responding to Russell that Meinonguianism does not violate either the principle of the excluded third party or the principle of non-contradiction, and to Quine that Meinonguianism does not commit itself ontologically to any non-existent object. Finally, I will defend a Meinonguian domain, where objects are understood as logical objects of a discourse. The objective is to establish the reference conditions for all the denoting expressions of any given language.

Keywords: Meinongianism. Ontological commitment. Nonexistent objects.

Lista De Ilustrações

Figura 1 – As respostas de Parsons a Russell	45
Figura 2 – Respostas de Zalta a Russell	48
Figura 3 – Comparativo entre o P.C.P e P.C.Z	48

Lista de abreviaturas e siglas

P.N.C.	Princípio da Não-Contradição
P.T.E.	Princípio do Terceiro Excluído

Lista de símbolos

Φ	Letra Grega Maiúscula <i>Fi</i> .
λ	Lambda
ι	Letra Grega minúscula <i>iota</i>
\neg	Negação
\rightarrow	Implicação
\leftrightarrow	Bicondicional
\wedge	Conjunção
\vee	Disjunção
$\exists(x)$	Quantificador Existencial
$\forall(y)$	Quantificador Universal
$(E!)$	Predicado de Existência
'E!'	Propriedade de Existência nuclearizada
$xE!$	Propriedade existência codificada
Fx, Mx, Ox, Vx, Px	Fórmulas atômica
$Rx, Cx, Ry, Sx, Qx,$	Fórmulas atômicas
'Cx'	Fórmula atômica da propriedade nuclearizada
x, y	Variáveis Individuais
a	Constante individual
A, C, F, R, M, O	Constante de Predicado
$=$	Igualdade
\equiv	Equivalência
$= df$	Definição
$\{ \}$	Conjunto
$[]$	Conchetes
\neq	Diferença
$\exists x \forall F (Fx \equiv \emptyset)$	Princípio de Compreensão de Parsons
$\exists x (A!x \ \& \ \forall F (xF \equiv \emptyset))$	Princípio de Compreensão de Zalta
xF, xO, xM	Fórmula atômica da lógica da codificação
ιx	Operador de Descrição
$A!$	Operador de Objetos Abstratos
$O!$	Operador de Objetos Concretos
\square	Operador Modal de Necessidade



Operador Modal de Possibilidade

SUMÁRIO

	Introdução.....	12
1	O Não-Ser.....	18
1.1	O Argumento do Não-Ser.....	18
1.2	O Paradoxo do Não-Ser.....	19
1.3	Respostas ao Paradoxo do Não-Ser: Meinonguianismo versus Método da Paráfrase.....	21
2	A Teoria dos Objetos de Meinong.....	22
2.1	Os Princípios da Teoria dos Objetos de Meinong.....	22
2.2	A Reabilitação do Não-Efetivo	24
2.3	Russell Versus Meinong.....	26
3	O Método da Paráfrase.....	30
3.1	A Teoria das Descrições Definidas	31
3.1.1	A Eliminação das Expressões Denotativas em Russell.....	33
3.2	A Eliminação das Expressões Denotativas em Quine.....	35
3.3	A Crítica de Quine a Meinong	37
4	O Ressurgimento do Meinonguianismo	40
4.1	As Teorias Neo-meinonguianas	41
4.2	As Respostas Neo-Meinonguianas as Críticas de Russell.....	43
4.3	As Respostas Neo-Meinonguianas as Críticas de Quine.....	48
4.4	A Ambiguidade Predicativa no Meinonguianismo Ortodoxo	51
	Considerações Finais.....	53
	Referências	56

Introdução

A linguagem nos permite que possamos nos referir sobre objetos que não existem. Podemos falar sobre objetos míticos, como Zeus e Pégaso; sobre objetos fictícios como Sherlock Holmes e Peter Pan; além de outros personagens como os do folclore, filmes, séries e de história em quadrinhos. Enquanto estamos conscientes de que eles são personagens fictícios, há casos onde acreditamos na existência de algo que não existe. Por exemplo, o astrônomo francês Le verrier acreditou existir na órbita entre Mercúrio e o sol um planeta chamado Vulcano. Porém, com a teoria da relatividade de Albert Einstein, ficou comprovado que Vulcano não existe.¹

Objetos não-existentes apresentam um problema quanto a sua referência. Por exemplo, na sentença “o atual rei da França é calvo”, o seu termo singular “o atual rei da França” representa um objeto que não existe, ou seja, um objeto que não se encontra no espaço-tempo (dado que ele não mantém relações causais como o mundo). Nesse sentido, o problema que temos é a seguinte: como é que a sentença “o atual rei da França é calvo” possa ser gramaticalmente correta, ter sentido, mas não se referir a coisa alguma no mundo? Nesse caso, como é que fica também as suas condições de verdade? (dado que não há uma correspondência entre a sentença quando enunciada “o atual rei da França é calvo” e o seu referido estado de coisas no mundo).²

O problema ontológico da referência a objetos não-existentes é antigo na filosofia. Parmênides, por exemplo, afirmou que somente o ser é pensável e comunicável e que o não-ser é impensável e inefável. Se seguirmos essa ideia de Parmênides, não poderíamos afirmar que “o atual rei da França é calvo”, pois estaríamos atribuindo ser a algo que não é (neste caso, o atual rei da França). Mas, a visão de Parmênides parece ser facilmente refutável. É possível sim, fazermos referência a objetos que não existem; diariamente o fazemos quando nos referimos a personagens ficcionais, míticos ou do folclore.³

Platão argumentou contrariamente a Parmênides. O argumento de Platão foi chamado por Quine de argumento do não ser, ao qual afirma que: o não-ser deve em algum sentido ser, caso contrário, não se poderia sequer dizer que ele não é.⁴ Seguindo esse argumento temos

¹ CHIRECHIA, G. & GINET, S. **Meaning and Grammar: An Introduction Semantics**. Massachusetts: The Mit Press, 1993.

² LEMOS, I. Nomes Ficcionalis e Nomes Vazios: Crítica à Teoria da Referência sem Referentes de Mark Sainsbury. **Revista Ágora Filosófica**, v.19, n.1, p. 78-102, 2019.

³ PONTES, A. Existência Enquanto Predicado de Primeira Ordem: Algumas Consequências e Objeções. **Argumentos Revista de Filosofia**, Ano2, n.3, p.36-45, 2010.

⁴ QUINE, W. **De um Ponto de Vista Lógico**. São Paulo: UNESP, 2010.

então que afirmar o ser ao não-ser.⁵ Assim, na sentença “o atual rei da França é calvo” temos que pressupor a existência do atual rei da França, pois do contrário, o termo singular dessa sentença “o atual rei da França” e mais o restante todo da sentença seria sem sentido. Então, se há sentido na sentença, é porque o atual rei da França não é meramente um nada, mas denota algo.

Contemporaneamente o argumento do não-ser foi seguido por Meinong. Pode se dizer que para ele, o ser é, ainda que ele não exista. Apesar disso soar paradoxal, Meinong quer dizer aqui que as propriedades com que caracterizamos o ser de um objeto, independe se esse mesmo objeto existe ou não-existe. Por exemplo: caracterizamos o ser de Pégaso como tendo as propriedades de ser cavalo e ser alado, ainda que ele não exista. É por isso que se diz que Pégaso é ainda que ele não exista.

Mas Russell fez fortes críticas à teoria dos objetos de Meinong. A sua principal crítica é a de que Meinong acaba admitindo em sua ontologia, objetos de todos os tipos, como os *impossibilia*. A consequência disso para Russell é que isso acarreta na violação dos princípios da lógica clássica; como o princípio do terceiro excluído (daqui em diante abreviaremos para P.T.E.) e o princípio da não-contradição (daqui em diante abreviaremos para P.N.C.).

A ideia de Russell para resolver o problema ontológico da referência dos objetos não-existentes, será de eliminar todos os termos singulares de sentenças que denotam algo que não existe. O método que Russell utiliza para isso é considerado inovador e com grandes repercussões em diversas áreas da filosofia; como na filosofia da linguagem, filosofia da lógica e para a área que nos interessa aqui; a metafísica. Vamos chamar aqui, esse método inovador, de método da paráfrase. Em linhas gerais, a eliminação desses termos singulares é feita por meio da paráfrase, onde o seu objetivo é apresentar a verdadeira forma lógica de sentenças como: a fonte da juventude é F, a montanha de ouro é F, Sherlock Holmes é F.⁶ Eliminando esses termos singulares, elimina-se também qualquer tipo de compromisso ontológico para com eles. A conclusão de Russell é de que Meinong acabou se equivocando, por uma mera aparência linguística, ao achar que esses termos singulares denotassem algo.

Quine, embora não faça menção em suas obras a Meinong diretamente, pode-se compreender como pano de fundo que suas críticas se endereçam a ele, sobretudo no seu artigo chamado “sobre o que há” (que apresentaremos no último capítulo deste trabalho). Quine segue Russell (com algumas diferenças) ao adotar também o método da paráfrase como

⁵ PONTES, A. A Forma Lógica das Sentenças de Existência: Uma Avaliação da Abordagem Quantificacional. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

⁶ IMAGUIRE, G. Possibilia. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

forma de eliminar os termos singulares de uma sentença que denotam objetos não-existentes. Com a eliminação desses termos singulares, o compromisso ontológico não reside mais naquilo que eles denotam, mas agora nas variáveis quantificadas de uma dada teoria T regimentada. Por isso, de seu slogan “ser é ser valor de uma variável”. Assim, se $\exists x(x \text{ é um cavalo alado})$, é verdadeira para uma determinada teoria T, então tal teoria está comprometida com uma dada entidade chamada Pégaso. Assim, para Quine, os meinonguianos estão comprometidos por meio de suas teorias, para com objetos que não existem, incluso os *impossibilia*. Por conta disso, para Quine também, o meinonguianismo acaba violando os princípios da lógica clássica.

O problema que o nosso trabalho observa nas críticas de Russell e Quine ao meinonguianismo de modo geral, é que as suas alternativas são de reduzir toda a existência somente ao que existe concretamente, negando haver qualquer tipo de referência aos objetos não-existentes. Mas isso pode parecer ser contra intuitivo, uma vez que nos é comum fazermos referências a objetos que não existem, seja quando debatemos sobre algum livro de literatura, seja quando conversamos sobre algum filme, série, peça de teatro ou alguma história em quadrinho. Assim, uma sentença como “Sherlock Holmes é um detetive que fuma cachimbo e mora na rua Baker Street 221 B em Londres” seria tomado por Russell e Quine como falsa, porém para um meinonguiano ela é verdadeira.

O nosso trabalho acredita que o meinonguianismo é capaz de garantir as condições de referência para cada expressão denotativa de uma linguagem natural, sem que isso acarrete na violação dos princípios da lógica clássica (conforme a crítica de Russell) e no comprometimento ontológico para com tais objetos (conforme a crítica de Quine). Para isto, o nosso trabalho apresentará duas teorias neo-meinoguinias; a teoria dos dois modos propriedade de Parsons e a teoria dos dois modos de predicação de Zalta.

Parsons divide os dois modos de propriedade em: propriedade nuclear e propriedade extra-nuclear. A propriedade nuclear é a que caracteriza a natureza ou que constitui o ser de um dado objeto qualquer. Nesse sentido, “ser montanha” e “ser ouro” são propriedades que caracterizam o ser da montanha de ouro. A propriedade extra-nuclear é uma propriedade que categoriza os objetos como possível, impossível, ser existente, ser não-existente, ser mítico, ser ficcional, ser completo, ser incompleto. Para Parsons, as propriedades nucleares que caracterizam o ser de um objeto como tendo tais e tais propriedades, não incluem entre essas propriedades, a existência ou não existência do objeto. Assim, a montanha de ouro é, ainda que ela não exista. Isso afirma a independência do próprio ser do objeto montanha de ouro em relação a existência, logo há uma variedade de objetos para além dos objetos existentes, que

apesar de não existirem, de algum modo, eles são. Tais objetos, conforme defendemos nesse trabalho, podem ser pensados como sendo eles as condições de possibilidade de referência para tudo aquilo que possa ser pensado ou dito em uma linguagem natural.

Já Zalta, faz a distinção entre dois modos de predicção: a exemplificação que é a relação entre um objeto concreto e uma propriedade instanciada; e a codificação que é a relação entre um objeto abstrato e uma propriedade. Para ele, objetos não-existentes são objetos abstratos. Assim, um objeto abstrato como Pégaso não possui um modo de predicção igual a qualquer cavalo que exista no espaço-tempo; em Pégaso não podemos tocar, montar e acarícia-lo; Já em um cavalo que exista no espaço-tempo é possível todas essas coisas. Assim, a propriedade de “ser cavalo” em Pégaso não tem o mesmo sentido que tem a propriedade de “ser cavalo” para qualquer animal desse tipo que esteja instanciando essa propriedade no espaço-tempo. Para Zalta há um reino de objetos abstratos que por codificarem propriedades, acabam não as instanciando, o que significa dizer que há também para Zalta uma variedade de objetos para além dos objetos existentes, que podem nos servir como uma referência objetiva para tudo aquilo que possa ser pensado ou dito. Nesse sentido, podemos imaginar um espaço lógico abstrato, onde cada ponto corresponde a um certo conjunto de propriedades que satisfazem as condições expressa pela linguagem natural (dado que podemos pensar em ou se referir linguisticamente a qualquer tipo de objetos, e podemos considerar com razão que há todo o tipo de objetos também). Assim, para os objetos não-existentes, podemos ter uma região do espaço lógico correspondente ao que se pode chamar de domínio de objetos *meinongianos*.⁷

Desse modo, um tal domínio *meinongiano* apresenta características lógicas muito interessante e permiti inúmeras aplicações para tratar, por exemplo, da intencionalidade, dos objetos fictícios, dos objetos não-existentes, paradoxos, contradições dentre outros. Em suma, um tal domínio pode oferecer um quadro de recursos aos quais é possível tentar resolver inúmeros problemas filosóficos.⁸

⁷ GIRAUD, T. *Il y a des choses qui n'existent pas: Em défense d'un meinongianisme logiquement cohérent et ontologiquement économe*. 2016. 445 f. Thèse (doctorat en philosophie) – Institut Jean Nicod: Paris, 2016.

⁸ A teoria dos objetos abstratos apresenta uma grande variedade de riqueza, haja vista os trabalhos desenvolvidos por Zalta, a saber: a intencionalidade (ZALTA, E. **Intentional Logic and the Metaphysics of Intentionality**. Cambridge: Mitt Press, 1988); sobre os fundamentos da aritmética (ZALTA, E. *Natural Numbers and Natural Cardinals as Abstract Objects: A Partial Reconstruction of Frege's Grundgesetze*. In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University**. Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/numbers.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021); sobre Leibniz (ZALTA, E. *A (Leibnizian) Theory of Concepts*. In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University**. Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/leibniz.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021); sobre os sentidos em Frege (ZALTA, E. *Fregean senses, modes of presentation and concept*. In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University**. Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/modes.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021); sobre ficção (ZALTA, E. *Referring to*

No primeiro capítulo nos apresentamos em relação ao problema da referência dos objetos não-existentes, o argumento do não-ser. Em seguida mostraremos que o argumento do não-ser nos leva ao chamado paradoxo do não-ser. No fim do capítulo, apresentaremos duas respostas contemporâneas na tentativa de resolução do paradoxo do não-ser: o meinonguianismo e o método da paráfrase criado por Russell e seguido por Quine. Ainda nessa parte, mostraremos de modo breve, as principais divergências teóricas entre a defesa meinonguiana pela garantia de referência aos termos singulares que denotam objetos não-existentes e o método da paráfrase defendido por Russell e Quine que tem como objetivo, eliminar os termos singulares que denotam objetos não-existentes, eliminando com isso também qualquer compromisso ontológico para com esses objetos. Daqui em diante, o nosso trabalho vai seguir nesse confronto sobre o problema da referência dos objetos não-existentes entre meinonguianos como o próprio Meinong, Parsons e Zalta e os defensores do método da paráfrase; Russell e Quine;

No segundo capítulo faremos uma apresentação da teoria dos objetos de Meinong, além das críticas de Russell de que Meinong viola os princípios da lógica clássica como o P.T.E.e o P.N.C., ao assumir em sua ontologia *impossibilia*, por exemplo. Após, mostramos uma contrarresposta de Meinong as críticas de Russell.

No terceiro capítulo apresentaremos o método da paráfrase criado por Russell, tendo em vista na eliminação dos termos singulares que denotam objetos não-existentes Seguindo com o mesmo objetivo de Russell, veremos o emprego do método da paráfrase em Quine, seu conceito de compromisso ontológico e depois a sua crítica a Meinong.

No capítulo quarto veremos as respostas neo-meinonguianas de Parsons e Zalta em relação as críticas de Russell e Quine a Meinong. Mostraremos que para o meinonguianismo, defender uma ontologia de objetos não-existentes não implica em violar nenhum princípio da lógico e também se comprometer ontologicamente com tais objetos.

fictional Characters. *In: The Metaphysics Research Lab – Stanford University*. Disponível on-line em: <http://mally.stanford.edu/Papers/refer-to-fictions.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021); sobre essência (ZALTA, E. Essence and modality. *In: The Metaphysics Research Lab – Stanford University*. Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/essence.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021) e; em outros trabalhos realizados com outros colaboradores como Oppenheimer onde escreveram sobre o argumento ontológico (ZALTA, E. & OPPENHEIMER, P. On the Logic of the Ontological Argument. *In: The Metaphysics Research Lab – Stanford University*. Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/reflections-ontological.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021); com Linsky onde trataram de lógica modal (ZALTA, E. & LINSKY, B. In Defense of the Simplest Quantified Modal Logic. *In: The Metaphysics Research Lab – Stanford University*. Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/simple-qml.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021); e também, com Pelletier onde trataram sobre Platão (ZALTA & E. LINSKY, B. Naturalized Platonism vs. Platonized Naturalism. *In: The Metaphysics Research Lab – Stanford University*. Disponível on-line em: <http://mally.stanford.edu/Papers/naturalism.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021).

Concluíremos que o meinonguianismo tem ótimas ferramentas lógicas, e que por conta disso, é capaz de oferecer as condições de referência para todas as expressões denotativas de uma linguagem, ao ficar comprovado a sua consistência lógica para isso. Para nós isso não acarreta nenhum compromisso ontológico para com objetos não-existentes.

1 O Não-Ser

Como é possível que nossas afirmações tenham sentido, mas não se refiram à coisa alguma?. Por exemplo, as sentenças “Curupira adora fumar” e “Zeus não existe”, são sentenças bem-formadas, têm sentido, no entanto, como é que elas podem ter algum valor de verdade, se os seus termos singulares (Curupira e Zeus) se referem a algo que não existe? Praticamente é esse o principal problema que trataremos nesse capítulo.

Neste capítulo então, consideraremos o argumento do não ser em (1.1), após vermos que esse argumento acarreta no chamado paradoxo do não-ser em (1.2) e por fim, duas respostas contemporâneas ao paradoxo do não-ser: o meinonguianismo e método da paráfrase adota por Russell e Quine em (1.3).

1.1 O Argumento do Não-Ser

O argumento do não-ser afirma que: o não-ser de algum modo é, pois do contrário, não poderíamos sequer dizer que ele não é.⁹ Por exemplo, considere as sentenças abaixo:

- i. Sherlock Holmes é detetive.
- ii. Pégaso não existe.

O que o argumento do não-ser afirma através dos exemplos é que: se as sentenças i e ii expressam um juízo (o que parece ser o caso), então é um juízo sobre algo (neste caso, sobre o Sherlock Holmes e Pégaso) que existe, pois um juízo sobre o que não existe seria um juízo sobre nada (onde não seria nem sequer um juízo) e, dessa forma, as sentenças i e ii careceriam de sentido.¹⁰

Abaixo temos a formalização dos pressupostos do argumento do não-ser na sentença i:

- (P1). i é (gramaticalmente) da forma Sujeito-Predicado;
- (P2). “Sherlock Holmes” é o sujeito gramatical de i;
- (P3). i é significante;
- (P4). Se a sentença i é significante, então i é verdadeira ou falsa;

⁹ QUINE, W. **De um Ponto de Vista Lógico**. São Paulo: UNESP, 2010.

¹⁰ SIMPSON, T. **Linguagem, Realidade e Significado**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1979.

(P5). Uma sentença da forma (gramatical) Sujeito-Predicado é verdadeira se, e somente se, existe um indivíduo, nomeado pelo sujeito gramatical, que possui o atributo simbolizado pelo predicado; e é falsa se, e somente se, existe um indivíduo, nomeado pelo sujeito gramatical, que não possui tal atributo;

(C) Sherlock Holmes existe.¹¹

Agora vejamos abaixo também, a formalização dos pressupostos do argumento do não-ser na sentença ii:

(P1) Uma condição necessária para uma afirmação singular de não existência, como ii (que tem a forma “a não existe”, sendo “a” o termo singular), para ser verdadeira é preciso que o sujeito gramatical “Pégaso” satisfaça o predicado “não existe”;

(P2) ii é uma afirmação singular de não-existência verdadeira;

(C) Pégaso de algum modo é.¹²

A formalização dos pressupostos do argumento do não-ser nas sentenças i e ii, tem as seguintes condições gerais:

- a) Apenas sentenças significativas podem ser verdadeiras;
- b) Em uma sentença significativa, todos os constituintes da sentença devem ser significativos;
- c) Se um termo singular é significativo, então ele denota algo.¹³

1.2 O Paradoxo do Não-Ser

A conclusão de que “Sherlock Holmes existe” quanto à de que “Pégaso de algum modo é” acabam gerando o chamado paradoxo do não-ser. Por exemplo, considere o paradoxo do não-ser gerado na sentença i através dos esquemas A e A*

Esquema A:

¹¹ SIMPSON, T. **Linguagem, Realidade e Significado**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1979.

¹² BRANQUINHO, J. O Problema das Predicações Singulares de inexistência. *In: IMAGUIRE, G. & OLIVEIRA, M. (org.). Metafísica Contemporânea*, Rio de Janeiro: Vozes, p.247-268, 2008.

¹³ REICHER, M. Nonexistent Objects, *In: Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível on-line em: <https://plato.stanford.edu/entries/nonexistent-objects/> último acesso:27/12/2020, 2019.

- (P1) “Sherlock Holmes” é o sujeito gramatical de i;
 (P2) i é significativo;
 (P3) Se se satisfazem as exigências (P1) e (P2), então i é sobre Sherlock Holmes;
 (P4) Se i é sobre Sherlock Holmes, então Sherlock Holmes existe;
 (C) “Sherlock Holmes existe.”¹⁴

Esquema A*:

- (P1). “Sherlock Holmes” é o sujeito gramatical de i;
 (P2) i é significativo
 (P3) Se se satisfazem as exigências (P1) e (P2), então i é sobre Sherlock Holmes
 (P4) Se i é sobre Sherlock Holmes, então Sherlock Holmes existe;
 (P5) Se Sherlock Holmes existe, então i é falso;
 (C) i é falso.¹⁵

Conforme observamos, as conclusões dos esquemas A e A* são paradoxais, pois se Sherlock Holmes existe (conclusão do esquema A), então i tem que ser verdadeiro, mas como a conclusão do esquema A* afirma que i é falso, então Sherlock Holmes não existe; logo, Sherlock Holmes existe (conclusão do esquema A) e não existe (conclusão do esquema A*) ao mesmo tempo.

Agora considere o paradoxo do não-ser¹⁶ gerado na sentença ii através do esquema B.

Esquema B:

- (P1) Para negar a existência de Pégaso, é preciso se referir a Pégaso;
 (P2) Mas se temos que nos referir à Pégaso, então Pégaso tem de existir;
 (C) Para negar a existência de Pégaso, é preciso admitir que ele existe.¹⁷

Conforme observamos, a conclusão do esquema B é paradoxal, pois o objeto cuja existência é negada na sentença ii (Pégaso), tem de ser admitido como existente; logo, Pégaso existe e não existe ao mesmo tempo. Assim, embora pareça intuitivo que a sentença ii seja verdadeira (já que Pégaso não participa das relações causais deste mundo), por outro lado, se tivermos que pressupor a existência de Pégaso para negá-la na sentença ii, então tal sentença

¹⁴ SIMPSON, T. **Linguagem, Realidade e Significado**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1979.

¹⁵ SIMPSON, T. **Linguagem, Realidade e Significado**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1979. p.84.

¹⁶ Para mais detalhes, consulte: CARTWRIGHT, R. Negative Existentials. **The Journal of Philosophy**, v.57, n.20/21, p.629-639, 1960.

¹⁷ BERTO, F. Existence as a Real Property: The Ontology of Meinongianism. Dordrecht, Heidelberg, New York: Synthese Library, 2013.

parece ser falsa; logo: a sentença ii pode ser verdadeira (porque não há nada no mundo que corresponda a um indivíduo como Pégaso) e falsa (porque temos que pressupor a sua existência para poder negá-la na sentença ii) ao mesmo tempo.

1.3 Respostas ao Paradoxo do Não-Ser: Meinonguianismo versus Método da Paráfrase

Vamos apresentar neste trabalho duas respostas contemporâneas em relação ao paradoxo do não-ser.¹⁸ A primeira é uma resposta meinonguiana que afirma que: “há objetos que não existem”. Nesse sentido, para o meinonguianismo “há objetos como Sherlock Holmes e Pégaso, mas eles não existem”. A ideia aqui é que “existir” é um predicado de primeira ordem, ou seja, um predicado aplicado diretamente a objetos; enquanto que o “haver” inclui outras categorias mais gerais de objetos, como os não-existentes. Assim, o meinonguianismo parece seguir o argumento do não-ser, pois embora Sherlock Holmes e Pégaso não existam (já que eles não participam de nenhuma relação causal com o mundo), eles de algum modo são.

A segunda resposta em relação ao paradoxo do não-ser, e que se contrapõe ao meinonguianismo, é a utilização do método da paráfrase por parte de Russell e Quine. Ambos defendem que sentenças contendo termos singulares não-existentes (como Sherlock Holmes na sentença i e Pégaso na sentença ii) nada denotam. Assim, Russell e Quine criticam o meinonguianismo, por conta deles terem se deixado iludir por uma mera aparência linguística, ao acharem que termos singulares denotassem algo. Além disso, Russell (como também Quine) critica o meinonguianismo pelo fato deles assumirem um compromisso ontológico para com objetos não-existentes, acarretando com isso na violação dos princípios da lógica clássica. Por conta disso, a estratégia de Russell e Quine é de eliminar os sujeitos gramaticais de sentenças como em i e ii, por meio da paráfrase, a fim de revelar a sua verdadeira forma lógica.

¹⁸ Para mais detalhes consulte: FITTING, M. & MENDELSON, R. **First-Order Modal Logic**. Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 1998 e BERLIN, I. **Logical Translation. Proceedings of the Aristotelian Society**, v.50, p.157-188, 1950.

2 A Teoria dos Objetos de Meinong

A principal crítica de Meinong a metafísica foi o seu pré-conceito em favor do que é efetivo (ou atual). Assim, o não-efetivo foi tomado como um nada, algo desprovido de interesse. Mas para Meinong, as coisas que são efetivas correspondem a uma pequena parte em relação ao conjunto de coisas pertencentes ao não-efetivo. Nesse sentido, Meinong pretende reabilitar o não-efetivo na metafísica. Desse modo, a teoria dos objetos de Meinong trabalha com todos os tipos de objetos; completos, incompletos e impossíveis.

Mas Russell criticou Meinong pelo fato de que a sua teoria violaria os princípios lógicos como o terceiro excluído e a não-contradição. Meinong respondeu ao Russell em defesa dos objetos não-existentes.

Neste capítulo veremos os princípios da teoria dos objetos de Meinong em (2.1), a reabilitação do não-efetivo em (2.2) e as críticas de Russell a Meinong e a suas contrarrespostas em (2.3).

2.1 Os Princípios da Teoria dos Objetos de Meinong

Os princípios da teoria dos objetos (*Gegenstandstheorie*)¹⁹ de Meinong são:²⁰

- iii. Princípio de Compreensão: Para qualquer conjunto de propriedades, há um objeto (existente ou não-existente) que satisfaz essas propriedades e mais nenhuma. Por exemplo: dado o conjunto {ser cavalo, ser alado}, há um objeto chamado Pégaso que satisfaz essas propriedades;
- iv. Princípio de caracterização: Todos os objetos (existentes ou não-existentes) possuem as propriedades que são usadas para os caracterizar. Por exemplo: a montanha de ouro têm as propriedades de “ser montanha” e “ser ouro”, aos quais são usadas para lhe caracterizar;

¹⁹ A teoria dos objetos de Meinong foi fortemente influenciada por Twardowski. Para mais detalhes consulte: PASNICZEK, J, *Theories of Objects: Meinong and Twardowski*. LublIn: Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 1992; e também: RASPA, V. *Alexius Meinong – Kazimierz Twardowski: Der Briefwechsel*. BerlIn/Boston: De Gruyter, 2016.

²⁰ JACQUETTE, D. *Meinongian Logic: The Semantics of Existence and Nonexistence*. Berlin: Walter of Gruyter, 1996.

- v. Princípio de intencionalidade: Todo estado mental se direciona a um objeto (existente ou não-existente). Por exemplo: P acredita que Pégaso voa. Assim, se P acredita que Pégaso voa, então há um tal objeto afirmado pela crença de P;²¹
- vi. Princípio de independência: Todo o objeto tem uma natureza, uma característica, um ser-tal (*Sosein*), independentemente do seu ser (*Sein*). Assim, mesmo que os objetos não existam, de algum modo eles “são”. Por exemplo: o círculo quadrado é circular e quadrangular e não triângular;²²
- vii. Princípio da Indiferença: ser (*Sein*) ou não ser (*Nichtsein*) não fazem parte do ser-tal (*Sosein*) do objeto.

Além destes princípios citados, a teoria dos objetos de Meinong afirma também que ser (*Sein*) é existir (*Existenz*) ou subsistir (*Bestand*), isto é, ter uma realidade concreta ou uma realidade ideal. A existência (ou a efetividade) comporta os objetos que têm a capacidade de participar das relações causais (*wirkung*) no espaço-tempo²³, como por exemplo: Barack Obama, o monte Everest e o Empire State. Já a subsistência, tem um modo de ser especial, comporta objetos ideias (ou platônicos) como propriedades, relações, estado de coisas e números.

Para além dos objetos existentes (*Existenz*) e subsistentes (*Bestand*), há também os objetos destituídos de ser (*Aussersein*),²⁴ como é o caso dos objetos não existentes como: a montanha de ouro, a fonte da juventude, o círculo quadrado.²⁵

²¹ Aqui se observa uma forte *Influência* de Twardowski sobre Meinong. Contra o imanentismo de Brentano, ao qual defendia que todo ato mental está direcionado a um objeto imanente ao próprio pensamento, Twardowski defendeu a necessidade de se fazer a *distinção* entre aquilo que é da representação e aquilo sobre o que é a representação. Dessa forma, Twardowski fez a tripartição entre o ato da representação, seu conteúdo representacional e o objeto representado. Assim, a sua ideia era dar *Independência* aos objetos *Intencionais*, ou seja, todo ato *Intencional* visa algum objeto seja ele existente ou não-existente. Foi essa *Independência* dos objetos *Intencionais* não-existentes em relação ao próprio ato *Intencional* que *Influenciou* mais precisamente Meinong. Para mais detalhes consulte: PASNICZEK, J. **The Logical of Intentional Objects: A Meinongian Version of Classical Logic**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997; e também JACQUETTE, D. Brentano's Concept of Intentionality. In: JACQUETTE, D. (ed). **The Cambridge Companion to Brentano**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

²² Esse princípio foi formulado por Mally em: MALLY, E. **Gegenstandstheoretische Grundlagen der Logik und Logistik**. Leipzig: Barth. 1912.

²³ IMAGUIRE, G. Possibilia. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014

²⁴ É importante deixar claro aqui, como bem notou Grossman, que os objetos não-existentes não pertencem a um terceiro modo de existência. Eles pertencem ao que Meinong chamou de *Aussersein*. Cf: GROSSMAN, Reinhardt. Meinong's doctrine of the *Aussersein* of the pure object. **Noûs**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 67-82, 1974.

²⁵ SALIS, F. Entidades Fictícias. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

2.2 A Reabilitação do Não-Efetivo

Para Meinong, a metafísica tradicional tinha um pré-juízo em favor do que é efetivo (ou atual). Assim, a ideia era de que o conhecimento somente se refere ao que é existente, excluindo, portanto, tudo aquilo que pertencesse ao não-efetivo. O pré-juízo da metafísica tradicional em considerar somente o que é efetivo, consistiu em pensar o não-efetivo como um mero nada, ou como algo desprovido de interesse e conhecimento. Essa crítica de Meinong pode ser lida, conforme abaixo:

A metafísica lida, sem dúvida, com a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existe e o que existirá, é infinitamente pequena em relação a totalidade dos objetos de conhecimento; e que se tenha negligenciado isto tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato de que o interesse vivo pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece esse excesso que consiste em tratar o não-efetivo como um simples nada, mais precisamente, a trata-lo como algo que não oferece ao conhecimento nenhum ponto de apreensão ou nenhum que seja digno de interesse.²⁶

Assim, através da teoria dos objetos, Meinong pretendia superar a visão da metafísica tradicional e da ciência em relação ao pré-juízo em favor do efetivo, ao levar também em consideração o domínio do não efetivo. De acordo com o que vimos na passagem acima então, para Meinong, o que existe é algo ínfimo em relação à totalidade dos objetos do conhecimento. Nesse sentido, para argumentar em favor da recuperação do não-efetivo, Meinong vai se utilizar do princípio v, ao qual afirma que: todo estado mental não está direcionada somente para os objetos que existem efetivamente como a montanha K2, mas também para objetos não-existentes como a montanha de ouro ou mesmo um objeto impossível como o círculo quadrado. Assim, objetos não-existentes podem ser também objetos do pensamento ou do discurso. Nesse sentido, quando pensamos sobre a montanha de ouro ou sobre o círculo quadrado, não estamos pensando sobre nada, mas estamos pensando tal como eles os “são”, isto é, como possuindo as propriedades de “ser montanha” e “ser ouro” e também como possuindo as propriedades de “ser circular” e “ser quadrangular”. Desse modo, o princípio vi garante que a forma como os objetos não-existentes são, o seu ser-tal (as suas *Sosein*), independe do seu ser (*Sein*). Podemos observar aqui que a existência e a predicação são logicamente independentes. Assim, ainda que os objetos não existam, podemos através do princípio iv caracterizá-los como tendo tais e tais propriedades. Em

²⁶ MEINONG, A. Sobre a Teoria dos Objetos. In: BRAIDA, C. R. **Três Aberturas em Ontologia**: Frege, Twardowski e Meinong. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~braida/aberturas.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020. p.96.

outras palavras, objetos não-existentes de algum modo são, a montanha de ouro é, por exemplo, caracterizada como tendo as propriedades de “ser montanha” e “ser ouro” ainda que não exista.

Em suma, os princípios iv e v, garantem que qualquer coisa pode ser pensada ou dita, e que todas elas estão direcionadas a um objeto. Nesse sentido, a teoria dos objetos de Meinong garante haver todos os tipos de objetos do pensamento ou do discurso; objetos existentes e não-existentes, objetos completos e incompletos²⁷, objetos possíveis e impossíveis, objetos consistentes e inconsistentes. Já o princípio vi garante a identidade de todos esses tipos de objetos, independentemente deles existirem ou não existirem (praticamente o princípio vi é uma decorrência dos princípios iv e v).

No entanto, não podemos confundir o princípio vi com o princípio vii. Por exemplo: conforme o princípio vi, a montanha de ouro tem as propriedades de “ser montanha” e “ser ouro”, independentemente dela existir ou não existir. Já conforme o princípio vii, afirma que o que foi definida como sendo o ser-tal (as suas *Sosein*) da montanha de ouro, que são as suas propriedades de “ser montanha” e “ser ouro”, não está incluso entre essas propriedades, a propriedade de existir ou não existir. Assim, o não-ser não é uma determinação que faça parte do ser-tal da montanha de ouro; enquanto que essa é uma determinação relacionada com a sua natureza (ou seja, uma determinação mais ligada ao seu *Sosein* do que ao *Sein*), aquela é uma determinação ontológica (ou seja, uma determinação mais ligada ao *Sein* do que ao seu *Sosein*). Desse modo, há dois tipos de determinações: As determinações próprias do ser-tal (*Kontitutorische*) da montanha de ouro (como ser montanha e ser ouro) e a determinação ontológica (como a de não existir).²⁸

Para Meinong, ser ou não-ser são exteriores ao objeto, isto é, exteriores ao seu ser-tal. Por conta disso Meinong afirmou que: “há (*es gibt*) objetos a propósito dos quais se pode afirmar (*von denen gilt*) que não há tais objetos”.²⁹ Apesar dessa afirmação de Meinong soar paradoxal, podemos entendê-la da seguinte maneira: se o ser-tal precede o ser (dado que há uma independência dele em relação ao ser, conforme o princípio vi), então os objetos não-existentes de algum modo são (em sentido puro, ou seja, o ser-tal dos objetos não-existentes são indiferentes em relação ao ser, conforme o princípio vii); logo podemos dizer, por

²⁷ Um objeto é completo se para qualquer propriedade “F”, esse objeto exemplifica “F” ou sua complementar “¬F”. Um objeto é *Incompleto*, se ele não exemplifica nem a propriedade “F” nem a sua complementar “¬F”. Um objeto é impossível, se ele exemplifica ao mesmo tempo a propriedade “F” e a sua complementar “¬F”.

²⁸ No capítulo 4 veremos que essas duas determinações são denominadas por Parsons de propriedade nuclear (*Kontitutorische*) e extra-nuclear (*außerkontitutorische Bestimmungen*).

²⁹ MEINONG, A. Sobre a Teoria dos Objetos. In: BRAIDA, C. R. **Três Aberturas em Ontologia**: Frege, Twardowski e Meinong. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~braida/aberturas.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020. p.101.

exemplo, que: “Há uma montanha de ouro e que ela não existe”.³⁰ Nesse sentido, o haver parece se apresentar aqui como uma quantificação destituída de um compromisso ontológico para com os objetos não-existentes, na medida em que eles mesmos são considerados extraontológico (ou fora da ontologia) no sentido de serem destituído de ser. Se essa interpretação estiver correta, então poderemos fazer referência a objetos não-existentes, sem que a denotação seja o critério de compromisso ontológico.

2.3 Russell Versus Meinong

Para Russell, a teoria dos objetos de Meinong viola os princípios da lógica clássica,³¹ (P.T.E.e o P.N.C), conforme ele mesmo afirma:

Esta teoria considera qualquer frase denotativa gramaticalmente correta como representando um objeto. Assim, “o atual rei da França”, “o quadrado redondo”, etc., são considerados objetos genuínos. Admite-se que tais objetos não subsistem, mas, não obstante, supõe-se que sejam objetos. Em si mesma, esta é uma visão difícil; mas a principal objeção é que tais objetos, reconhecidamente, podem infringir a lei da contradição. Argumenta-se, por exemplo, que o existente presente Rei da França existe, e também não existe; que o quadrado redondo é redondo e também não redondo; etc. Mas é intolerável.³²

Abaixo detalhamos (em viii e ix) sobre como a teoria dos objetos de Meinong viola os princípios da lógica clássica³³, segundo as críticas de Russell.³⁴ Considere a sentença abaixo:

viii. O atual rei da França é calvo.

Conforme o princípio iii e considerando também a sentença viii, temos que: dado o conjunto de propriedades {ser o atual rei da França, ser calvo}, há um objeto que satisfaz as propriedades desse conjunto.

³⁰ Seguindo o pensamento de Parsons de que “há objetos que não existem”.

³¹ Interessante que nos *Principles of Mathematics* (1903), Russell também adotou uma ontologia nos moldes de Meinong. Para mais detalhes sobre a sua mudança de platonismo para uma defesa de um nominalismo, consulte: HYLTON, P. *The Theory of Descriptions* In: GRIFFIN, N.(ed.). **The Cambridge Companion to Bertrand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

³² RUSSELL, B. *On Denoting*. **MInd**, New York, v.14, n.56, p.482-483, 1905.

³³ Para mais detalhes, consulte: INWAGEN, P. *Existence, Ontological, Commitment, and Fictional Entities*. In: LOUX, M.& ZIMMERMAN, D. **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

³⁴ Para mais detalhes sobre a discussão entre Russell e Meinong, consulte: GRIFFIN, N. *Russell’s Critique of Meinong’s Theory of Objects*. In: Haller, R. (ed.). **Non Existence and Predication**. Amsterdam: Rodopi. 1985-1986; SIMONS, P. *On What There Isn’t: The Meinong-Russell Dispute* In:

Philosophy and Logic In Central Europe from Bolzano to Tarski. Dordrecht: Kluwer; e também SMITH, J. *The Russell-Meinong Debate*. **Philosophy of and Phenomenological Research**, [s. l.], v. 45, n. 3, p. 305-350, 1985.

Mas, de acordo com o P.T.E., temos que: dada duas proposições contraditórias (sendo uma a negação da outra), uma delas é verdadeira.³⁵

O resultado que temos é que: O sujeito da sentença viii (o atual rei da França) não satisfaz nem a propriedade de “ser calvo” e nem a sua complementar “não ser calvo”. Por exemplo: a sentença viii é falsa, pois o atual regime francês não é uma monarquia. Por outro lado, toda sentença falsa quando negada torna-se verdadeira. Desse modo, consideremos a sentença complementar de viii para:

viii* O atual rei da França não é calvo.

Novamente o sujeito da sentença viii* (o atual rei da França) não satisfaz a propriedade “não ser calvo”. A conclusão que chegamos é: O atual rei da França não pertence nem ao conjunto dos objetos que instanciam a propriedade “ser calvo” nem ao conjunto dos objetos que não instanciam a propriedade “não ser calvo”; logo, o P.T.E. é violado.³⁶

Agora considere a sentença abaixo:

ix. O círculo quadrado é circular.

Conforme o princípio iii e considerando a sentença ix, temos que: dado o conjunto de propriedades {ser circular, ser quadrangular}, há um objeto que satisfaz as propriedades desse conjunto.

Mas, de acordo com o P.N.C., temos que: dada duas proposições contraditórias, ambas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo.³⁷

Assim, quem afirma algo como ix, está afirmando que:

(P1) O círculo quadrado é circular

(P2) O círculo quadrado é quadrangular

mas,

(P3) Se algo é quadrangular, então não é o caso de que seja circular.

(C) Não é o caso de que o círculo quadrado é circular.³⁸

³⁵ KRAUSE, D. **Tópicos em Ontologia Analítica**. São Paulo: Unesp, 2017.

³⁶ GRAÇA, A. **Referência e Denotação**: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

³⁷ KRAUSE, D. **Tópicos em Ontologia Analítica**. São Paulo: Unesp, 2017.

³⁸ ZALTA, E. **Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality**. Cambridge: The MIT Press, 1988.

Conforme podemos observar, P_1 e P_2 não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, pois em P_2 o círculo quadrado é quadrangular e em P_1 o círculo quadrado é não quadrangular (já que é circular), violando assim o P.N.C. Assim, se x é circular, então não é verdade que x seja quadrangular (pois, x não pode ser círculo e não ser círculo ao mesmo tempo) e, de modo contrário também; se x é um quadrangular, então não é verdade que x é um circular (x não pode ser um quadrangular e não ser quadrangular ao mesmo tempo).

As contrarrespostas de Meinong a Russell, foi dada a partir de uma sugestão do seu aluno Mally, que propôs dois tipos de respostas que os meinonguianos poderiam oferecer em relação às críticas de Russell. A primeira resposta é fazer a distinção entre dois modos propriedades e a segunda é fazer a distinção entre dois modos de predicção. Meinong optou pela primeira.³⁹

A distinção entre os dois modos de propriedades de Meinong são: a determinação do ser-tal que diz respeito sobre a natureza do objeto e a determinação ontológica que diz respeito a existência e não-existência do objeto. Essa determinação não acrescenta nada a natureza do objeto (conforme o princípio vi).

Em relação à violação do P.T.E., Meinong aceitou que as sentenças viii e viii* são falsas, pois para ele o atual rei da França não existe mesmo, o que é verdadeiro. Mas o existir para ele, diz respeito a uma determinação ontológica, e não sobre a determinação do ser-tal do atual rei da França. Assim, através do princípio vii temos que: o conjunto de propriedades que caracterizam o ser-tal do atual rei da França, como a de ser rei e ser calvo, não inclui entre essas propriedades, a determinação ontológica de existir e não existir. Em outras palavras: o atual rei da França é indiferente ao ser. Nesse sentido, o atual rei da França de algum modo é (por causa da determinação do seu ser-tal), ainda que não exista. (já que também a predicção e a existência são logicamente distinta, conforme o princípio vi). Com base nisso, Meinong utilizará o conceito de propriedade aguada, uma espécie de versão mais fraca da determinação ontológica de existir. Desse modo, ser existente será a versão fraca (ou aguada) de existir. Isso permite a Meinong afirmar a seguinte coisa: “O existente atual rei da França existe” é falso, pois de “ser um existente” (que é a versão aguada de existir) não se segue que “ x existe” (sua determinação ontológica).⁴⁰

³⁹ Para mais detalhes, consulte: SALIS, F. Entidades Ficcionalis. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

⁴⁰ IMAGUIRE, G. Possibilia. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

Depois da resposta de Meinong, Russell afirmou não entender a distinção que ele fez entre ser existente e existir. Com isso, Russell perguntou: como compreender a diferença entre “x não é um existente” e “x-é- um- não-existente”? Mas, o debate entre eles acabou se encerrando por aqui.

Em relação à outra crítica de Russell, quanto ao círculo quadrado viola o P.N.C.; Meinong diz concordar nesse ponto com Russell também. No entanto, Meinong acrescentou que esse princípio somente se aplica a objetos existentes e, como o círculo quadrado é um objeto impossível, segue então que ele é necessariamente não-existente. (ou seja, o P.N.C. não é válido para os objetos não-existentes, assim como o P.T.E. também não é válido para os objetos não-existente).

Sobre a resposta de Meinong, Russell afirmou que ele confundiu os objetos impossíveis com proposições contraditórias, ou seja, o P.N.C. se aplica às proposições e não aos objetos.

3 O Método da Paráfrase

Em seu famoso artigo “Da denotação”,⁴¹ Russell apresentou um novo paradigma de análise lógica (o que é considerado por muitos como o paradigma inaugural da filosofia analítica) como resposta direta à teoria dos objetos de Meinong. A crítica de Russell ficou por quase meio século sendo uma espécie de referência antimeinonguiana.⁴²

Para Russell, Meinong acabou se iludindo por uma mera aparência linguística, ao pensar que os sujeitos gramaticais de uma sentença na forma “Sherlock Holmes é F”, “a fonte da juventude é F”, “a montanha de ouro é F” denotassem objetos não-existentes. Por conta disso, Russell afirmou que um compromisso ontológico para com tais objetos, violaria os princípios da lógica clássica; P.T.E. e P.N.C. Assim, Russell propõem através do método da paráfrase, eliminar os sujeitos gramaticais de sentenças que denotam objetos não-existentes (que segundo Russell, foi equivocadamente confundido por Meinong como sendo o verdadeiro sujeito lógico), a fim de mostrar o verdadeiro sujeito lógico de tais sentenças.⁴³

Quine segue os passos de Russell (com algumas peculiaridades) ao criticar o compromisso ontológico de Meinong para com objetos que não existem. Em seu famoso artigo “Sobre o que há”, Quine retoma importantes discussões da ontologia a respeito da existência. Nesse mesmo artigo ele cria dois personagens fictícios “McX” e “Sr.Y”, ao qual ele associa, ao que parecer ser, com Meinong. Nesse diálogo fictício, Quine vai buscar refutar as teses do mentalismo de McX e também as teses em defesa dos *possibilia* e *impossibilia* da parte de Sr.Y. Em seguida, como alternativa as posições teóricas desses personagens fictícios, Quine vai se utilizar do método da paráfrase de Russell a fim de eliminar os sujeitos gramaticais de sentenças que denotam objetos não-existentes. Em vista disso, Quine vai propor então que o compromisso ontológico esteja ligado nas variáveis quantificadas.

Neste capítulo nos vamos apresentar a teoria das descrições definidas de Russell em (3.1), em seguida o modo como Russell se utiliza na eliminação das expressões denotativas de uma sentença que denotam objetos não-existentes em (3.1.1). Depois nós vamos apresentar a maneira de como Quine, ao seguir Russell, se utiliza também para a eliminação das expressões denotativas em sentenças que faz referência a objetos não-existentes em (3.2) e, após, veremos a crítica de Quine à Meinong (3.3).

⁴¹ Para uma exposição detalhada de *On Denoting*, consulte: IMAGUIRE, G. LINSKY, B. **On Denoting**. Munich: Philosophia Verlag, 2005.

⁴² IMAGUIRE, G. Possibilia. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade, 2014. p.10.

⁴³ GRAÇA, A. **Referência e Denotação**: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003..

3.1 A Teoria das Descrições Definidas

Para Russell enunciados como “o atual rei da França”, “o círculo quadrado”, “a montanha de ouro”, “a fonte da juventude” são descrições definidas e não nomes de entidades. As descrições definidas não são logicamente equivalentes a nomes próprios.⁴⁴ Estes tem como significado, o próprio objeto que designa, como por exemplo; nomes próprios como Hume, Obama e Messi. Já a descrição definida não é um nome, isto é, ela não denota diretamente um objeto. Por exemplo: na sentença “Kant é metódico”, o nome próprio “Kant” designa um indivíduo particular, que tem uma função lógica diferente da descrição “o grande filósofo alemão que escreveu a obra *Crítica da Razão Pura*.” Agora suponha que alguém descubra que não foi Kant quem escreveu a obra *Crítica da Razão Pura*, mas outra pessoa. Nesse caso, a descrição e o nome não se refere ao mesmo indivíduo. Além disso, para Russell, “nomes” relacionados a entidades não existentes, como Pégaso, por exemplo, não são nomes próprios genuínos, mas “descrições abreviadas” como “o cavalo alado de Belerofonte”.⁴⁵

Podemos definir as descrições definidas⁴⁶ como um complexo predicativo antecedido pelo artigo definido “o” ou “a”, sendo expresso na forma “o x tal que Φ ”, onde “x” é uma variável sobre indivíduos e “ Φ ” é uma variável para predicados, como por exemplo “o rei de Ítaca”, “o atual rei de Mônaco”, “o maior discípulo de Platão”, “a montanha de ouro”.

Formalmente nós podemos representar uma descrição definida na forma $\iota x(Fx)$, onde “ ι ” é o operador de descrição que liga a variável x (como ιx , sendo que “ ι ” representa o artigo definido “o”) a fórmula “Fx” (sendo F um predicado unário) para formar o termo $\iota xF(x)$. Esse termo designa o único objeto (ιx) que satisfaz a propriedade F, desde que exista tal objeto.

⁴⁴ Para Russell, há dois tipos de conhecimento: uma por descrição e a outra por contato perceptivo direto (ou por familiaridade). Este, onde o contato com seu objeto de referência é direto e sem a mediação de descrições, Russell a chamou de nomes logicamente próprios. Já, o conhecimento por descrição não ocorre de forma imediata e direta, mas mediante descrição os objetos estariam apenas *Indicando* suas propriedades, Cf: BRITO, A. Nomes Logicamente Próprios e Referência Direta. *Principia* (UFSC), Florianópolis, v.5, n. 1-2, p.1-18, 2002. Para mais detalhes, consulte também: IMAGUIRE, G. Nomes Próprios entre a Semântica e a Epistemologia em Russell. In: Manuscrito: **Revista Internacional de Filosofia**, [s. l.], Campinas, v. 29, n. 2, p.437-455, 2006.

⁴⁵ KRAUSE, Décio. **Tópicos em Ontologia Analítica**. São Paulo: Unesp, 2017.

⁴⁶ Para mais detalhes sobre as descrições definidas, consulte: HYLTON, P. The Theory of Descriptions In: GRIFFIN, N.(ed.). **The Cambridge Companion to Bertand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003; IMAGUIRE, G. Theory of Descriptions and *Inferencial Semantics*. In: IMAGUIRE, G.e LINSKY, B. (Eds). p. 397-423, 2005; COSTA, J. A Teoria das Descrições de Russell a Partir de *On DenotIng*: Uma Explicação. **Revista Fundamento**, Ouro Preto, v.2, n.2, p.175-189, 2011 e também COURA, M. Descrições Definidas. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

Caso mais de um objeto satisfaça a propriedade F, ou nenhum objeto satisfaça a propriedade F, então a descrição é considerada falsa.⁴⁷ Por exemplo, considere as sentenças abaixo:

- x. O autor de *Vidas Secas*;
- xi. O autor de *Principia Mathematica*;
- xii. O rei de Ítaca é astuto.

Na sentença x, se $V(x)$ diz que “x é o autor de *Vidas Secas*”, então $\exists xV(x)$ expressa “o (único) x que é o autor de *Vidas Secas*”. Essa descrição definida indica que: um único indivíduo x que satisfaz a propriedade $V(\text{autor de } Vidas Secas)$ e, como tal indivíduo existe (dado se tratar de Graciliano Ramos); logo, a sentença x é verdadeira.

Já na sentença xi, temos que $\exists xP(x)$ expressa que “o (único) x que é o autor de *Principia Mathematica*”. No entanto, além de Russell, Whitehead também escreveu o *Principia Mathematica*; logo, a sentença xi é falsa, dado que Russell não foi o único indivíduo que escreveu o *Principia Mathematica*.

Finalmente na sentença xii, $A(\exists xR(x))$ expressa que “existe um único indivíduo que é o rei de Ítaca e esse indivíduo é astuto”. No entanto, não existe nenhum indivíduo que satisfaça as propriedades “R” (ser rei de Ítaca) e “A” (ser astuto); logo, a sentença xii é falsa.

As descrições definidas possuem uma estrutura semelhante com as funções proposicionais, pois assim como uma descrição definida na forma “ $\exists xFx$ ”, onde a variável livre “x” ao ser substituída por uma constante individual, torna a descrição verdadeira (para o caso da constante individual satisfazer a descrição F, sendo ela um predicado de primeira ordem), ou falsa (para o caso da constante individual não satisfazer a descrição F, sendo ela um predicado de primeira ordem); as funções proposicionais, onde a expressão Fx contém uma variável x livre (e um predicado unário) que, ao ser substituída por uma constante individual, faz com que se gere uma sentença verdadeira ou falsa. É por essa relação similar entre as descrições definidas e as funções proposicionais que se podem traduzir as descrições definidas em termos de uma função proposicional. Por exemplo: a descrição definida “o número primo maior que 1000000” pode ser expressa por uma função proposicional da seguinte maneira: “x é número \wedge x é primo \wedge x é maior que 1000000”.

A relação de similaridade entre as descrições definidas e as funções proposicionais, será de enorme relevância para a teoria das descrições definidas. A razão disso é que Russell

⁴⁷ KRAUSE, Décio. *Tópicos em Ontologia Analítica*. São Paulo: Unesp, 2017.

fará com que os sujeitos gramaticais de uma sentença que denotam objetos não-existentes, sejam traduzidos em termos de uma descrição definida, e depois o passo seguinte é analisá-las como uma função proposicional. Essa estratégia de Russell tem como objetivo, na eliminação desses sujeitos gramaticais (resultando também na eliminação a qualquer tipo de referência a algo não-existente), através da paráfrase, a fim de revelar a verdadeira forma lógica de tais sentenças.

3.1.1 A Eliminação das Expressões Denotativas em Russell

Para eliminar as expressões denotativas de uma sentença, vamos reconsiderar, como exemplo, a sentença viii. Assim, para revelar a verdadeira forma lógica da sentença viii, e eliminar a sua referência designativa (o atual rei da França), seguimos os seguintes passos abaixo:

Primeiramente analisando a sentença viii como uma descrição definida, a representemos formalmente, conforme abaixo em d:

d. $C(\exists xR(x))$, onde “R” representa “ser o atual rei da França” e “C” representa “ser calvo”.

Para eliminar a referência designativa da sentença viii (o atual rei da França) e revelar a sua verdadeira forma lógica, Russell vai a parafrasear viii (resultando em sentenças elementares, conforme observamos abaixo em d1, d2 e d3) do seguinte modo:

viii** Existe um atual rei da França;

viii*** Existe somente um atual rei da França;

viii**** Esse atual rei da França é calvo.

Formalmente podemos representar viii**, viii***, viii**** como:

e. $\exists x(Rx \vee y(Ry \rightarrow y=x) \wedge Cx)$, onde:

(e1) “ $\exists x(Rx\dots)$ ” é a condição existência de verdade da proposição, onde lê-se: existe ao menos um x que é o atual rei da França;

(e2) “... $\forall y(Ry \rightarrow y = x)$...” é a condição de unicidade da verdade da proposição (indicado pelo artigo definido “o”), onde lê-se: para qualquer y , se y for o atual rei da França, então y é igual a x (ou seja, atual rei da França é único);

(e3) “... $\wedge Cx$ ”) é a condição predicativa, onde lê-se: quem quer que seja o indivíduo x o atual rei da França, ele é calvo.

Podemos formalmente afirmar também que d é equivalente a e (aqui é onde aparece nitidamente o que ele chamou de definição contextual, ou seja, no caso abaixo a eliminação da referência designativa de viii; “ $\iota x R x$ ”), conforme observamos abaixo em f :

$$f. C(\iota x R(x)) \leftrightarrow \exists x(Rx \forall y(Ry \rightarrow y=x) \wedge Cx)$$

A conclusão a que chegamos é a seguinte: Conforme observamos em e , a referência designativa “ $\iota x R x$ ” foi eliminada (pois, a descrição “ $\iota x R x$ ” traduzida por uma função proposicional, nos permite eliminar do nosso discurso qualquer tipo de referência a uma entidade específica como é o caso do atual rei da França), restando apenas as variáveis “ x ” e “ y ”, os quantificadores “ $\exists x$ ” e “ $\forall y$ ” e os predicados “ R ” e “ C ”. Isso significa dizer que não há nenhuma entidade no mundo que satisfaz as condições expressas pelos predicados “ R ” e “ C ”; logo a sentença viii é falsa. Caso contrário, para que a sentença viii fosse verdadeira, teríamos que ter a seguinte condição: “ $e1 \wedge e2 \wedge e3$ ”, (onde “ $e1$ ” é a parte formal de “viii**”, “ $e2$ ” a parte formal de “viii****” e “ $e3$ ” a parte formal de “viii*****”), no entanto $e1$ é falsa (não existe o atual rei da França, dado que o regime político francês não é uma monarquia).

Para garantir a validade de P.T.E. através de sua nova análise lógica, Russell faz a seguinte à leitura abaixo:

Pela lei do terceiro excluído, “ A é B ” ou “ A não é B ” deve ser verdadeiro. Portanto, “o atual rei da França é careca”. No entanto, se enumerarmos as coisas que são carecas e, em seguida, as que não são carecas, não encontraremos o atual rei da França em nenhuma das listas.⁴⁸

Considerando essas palavras de Russell, ou a sentença viii é verdadeira ou a sua negação representada pela sentença viii* é verdadeira. Para mostrar com mais detalhes esse

⁴⁸ RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *MInd*, New York, v.14, n.56, p.485, 1905.

ponto, vamos reconsiderar abaixo a formalização da sentença viii como g e da sentença viii* como h e *i* (temos duas leituras ambíguas para a sentença vii*) a fim de considerarmos a verdadeira instância do P.T.E.⁴⁹

viii. O atual rei da França é calvo.

viii*O atual rei da França não é calvo.

g. $\exists x(Rx\forall y(Ry\rightarrow y=x)\wedge Cx)$

h. $\exists x(Rx\forall y(Ry\rightarrow y=x)\wedge \neg Cx)$

i. $\neg\exists x(Rx\forall y(Ry\rightarrow y=x)\wedge Cx)$

Conforme podemos ver, uma leitura formalizada da sentença viii* sugere que ela é ambígua, uma vez que a representação formal dela apresenta uma negação com escopo restrito como em h e a outra negação se apresenta com escopo amplo como em *i*. Será preciso então resolver essa ambiguidade. Assim, Russell considera que g com h viola o P.T.E, na medida em que ambas são falsas (ou g ou h tem que ser verdadeira). Portanto, a disjunção de g com h não representa a verdadeira instância de P.T.E. expresso pelas as sentenças viii com viii*.

A verdadeira instância do P.T.E. expresso pelas sentenças viii com viii*, é melhor representada pela disjunção de g com *i*, onde ela é claramente verdadeira (pois, ao menos ou g ou *i* tem que ser verdadeira, e como *i* é verdadeira, segue que o P.T.E. está válido aqui). Assim, Russell preserva o P.T.E através de sua nova análise lógica.⁵⁰

3.2 A Eliminação das Expressões Denotativas em Quine

Quine, semelhante a Russell, segue na tentativa de eliminação dos termos singulares. A sua proposta de eliminação dos termos singulares, se dá em dois momentos:⁵¹ No primeiro momento, os termos singulares são substituídos por descrições definidas. Nesse sentido, alguns nomes próprios são substituídos por descrições definidas que denotam a mesma coisa, como por exemplo: “o professor de Platão” por “Sócrates”. Mas, como pode haver dificuldades em se encontrar um predicado ordinário que corresponda exatamente ao

⁴⁹ ZALTA, Edward. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge: The MIT Press, 1988.

⁵⁰ ZALTA, Edward. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge: The MIT Press, 1988. p.85.

⁵¹ HAACK, S. *Filosofia das Lógicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

indivíduo denotado, Quine propõe a construção de predicados artificiais. Assim, na sentença “Sócrates é filósofo”, Quine transforma o nome próprio “Sócrates” em um predicado (artificial) como “socratiza” (ou “é idêntico a Sócrates”), de modo que possamos denotá-lo pela letra S. Desse modo, $S(x)$ significa que x socratiza (ou que x é Sócrates para o caso de haver mais de um indivíduo). Do ponto de vista de Russell, a sentença “Sócrates é filósofo”, seria algo como $F(\iota x S(x))$.⁵²

No segundo momento, as descrições definidas são eliminadas através de quantificadores e variáveis (definição contextual). Quine então utiliza a teoria das descrições de Russell, a fim de eliminar as descrições definidas que no momento substituem os termos singulares. Ao eliminar as descrições, restam apenas as variáveis, identidade e os quantificadores: $F(\iota x S(x)) \leftrightarrow \exists x(Sx \wedge \forall y(Sy \rightarrow y = x) \wedge Fx)$.⁵³ Sobre esse ponto Orenstein comenta:

A importância para a ontologia da eliminação de nomes é que o referencial, ou seja, a função ontologicamente significativa da linguagem, é realizada sem nomes. O compromisso ontológico é uma questão de variável e dos objetos que servem como seus valores, e não de nomes e os objetos que eles nomeiam.⁵⁴

Em suma: sentenças contendo nomes próprios (“Sócrates é filósofo”) podem ser substituídas por sentenças contendo descrições (“O x que socratiza é filósofo”), e finalmente por sentenças que contenham somente variáveis e quantificadores (“Há exatamente um x que socratiza e o que quer que socratize é Filósofo”).

Para Quine, com a eliminação dos termos singulares, o comprometimento ontológico de uma dada teoria T (o comprometimento ontológico não afirma o que existe, mas o que uma dada teoria T afirma existir), não reside mais em seus nomes, mas nas variáveis quantificadas. Assim, em uma interpretação objetual dos quantificadores, a expressão “ $(\exists x)Fx$ ” afirma que há um objeto x, no domínio D (o “universo” de tudo que há), que é F (ou em uma outra leitura: “há um objeto ‘existente’ que é F”).⁵⁵ Desse modo, se $(\exists x)Fx$ é o teorema de uma

⁵² KRAUSE, D. **Tópicos em Ontologia Analítica**. São Paulo: Unesp, 2017.

⁵³ Existe ainda a lógica combinatória que através das contribuições de Schönfinkel e Curry eliminam não somente os termos singulares, mas também os quantificadores e variáveis. Para mais detalhes, consulte: QUINE, W. *Variable Explained Away*. **Proceedings of American Philosophical Society**, [s. l.], v. 104, n. 3. p. 343-347, 1960.

⁵⁴ ORENSTEIN, A. **W.V. Quine**. Princeton: Princeton University Press, 2002. p.30.

⁵⁵ Na interpretação objetual de Quine, as condições de verdade das sentenças formalizadas como $\forall x \emptyset x$ e $\exists x \emptyset x$ estão no seguinte modo: “ $\forall x \emptyset x$ ” é verdadeira se, e somente se, para todos os objetos no domínio D, x satisfaz \emptyset ; “ $\exists x \emptyset x$ ” é verdadeira se, e somente se, ao menos um objeto x no domínio D, x satisfaz \emptyset . Em contrapartida, em uma interpretação substitucional como da Ruth Marcus, por exemplo, “ $\forall x \emptyset x$ ” é verdadeira se, e somente se, todas as instâncias substitutivas de “ $\forall x \emptyset x$ ” são verdadeiras; e “ $\exists x \emptyset x$ ” é verdadeira se, e somente se, uma instância substitutiva de “ $\exists x \emptyset x$ ” é verdadeira.

determinada teoria T, então isso significa que essa teoria T diz que há um objeto que é F e, por conseguinte, tal teoria T está comprometida com a existência de Fs. Essa interpretação objetual do quantificador, faz com que Quine coloque o comprometimento ontológico nas variáveis ligadas de uma teoria, daí o seu famoso slogan: “Ser é ser valor de uma variável”; por exemplo: se uma teoria T, onde “ $(\exists x)(x \text{ é primo e } x > 1.000.000)$ ” é um teorema, então tal teoria T está comprometida com a existência de números primos maiores que 100.000 e, por conseguinte, com a existência de números primos e de números.⁵⁶

Esse critério ontológico de Quine, visa mostrar o que uma dada teoria T afirma existir, não o que existe. Em linhas gerais, podemos apresentar o critério do compromisso ontológico da seguinte maneira:⁵⁷ Uma entidade é suposta por uma teoria se, e somente se, ela for incluída entre os valores das variáveis para que o enunciado afirmado na teoria seja verdadeira.

3.3 A Crítica de Quine a Meinong

Em seu famoso artigo “Sobre o que Há”⁵⁸, Quine contribuiu para a recuperação da reflexão ontológica (e metafísica) na tradição da filosofia analítica. Nesse artigo, Quine segue os ataques anteriormente feitos por Russell à teoria dos objetos de Meinong, e o segue também na mesma estratégia de se utilizar do método da paráfrase (conforme já vimos acima) a fim de resolver o que ele chamou de argumento do não-ser.

Nesse artigo, Quine dialoga com dois personagens fictícios; McX e o Sr.Y. Ambos, defendem ideias contrapostas com as de Quine, ao qual vai procurar, ao longo do seu artigo, expor as suas críticas a McX e ao Sr.Y e argumentar na defesa do nominalismo (sobretudo através da utilização do método da paráfrase de Russell, conforme já vimos acima).

McX é um mentalista, ele defende a tese de que objetos não-existentes são entidades de natureza mental. Assim, para ele, Unicórnios, Pégaso e Sherlock Holmes são considerados como representações ou imagens mentais. Quine faz duas críticas ao mentalismo de McX. Primeiro quanto ao problema da unicidade; não é possível que haja uma única representação mental de Pégaso ou de um Unicórnio, pois tais representações devem variar de indivíduo para indivíduo (ou de mente para mente). Ora, se esse for o caso, então teremos de um lado Quine como uma representação mental de Pégaso diverso da representação mental de Pégaso em McX, o que tornaria inviável qualquer discussão entre eles, dado ser necessário que tanto

⁵⁶ HAACK, S. **Filosofia das Lógicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

⁵⁷ SIMPSON, T. **Linguagem, Realidade e Significado**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1979.

⁵⁸ QUINE, W. **De um Ponto de Vista Lógico**. São Paulo: UNESP, 2010.

Quine quanto McX estejam se referindo acerca de uma mesma coisa (ou seja, a unicidade tem que ser pressuposta na discussão entre eles).

Mas, há uma dificuldade maior para o mentalismo de McX. Quando afirmamos que “Pégaso não existe”, não estamos nos referindo acerca de uma representação mental de Pégaso, do mesmo modo que quando afirmamos que o Partenon está em Atenas, não estamos nos referindo acerca de uma representação mental do Partenon; uma coisa é o Partenon enquanto objeto concreto outra coisa é a sua representação ou imagem mental do Partenon. Nesse sentido, não podemos identificar os objetos não-existentes com imagens mentais, pois afirmar que “Pégaso não existe” como sendo acerca de uma imagem mental, é tornar essa mesma afirmação falsa. Na verdade, ao se negar a existência de Pégasus não se está querendo referir o pensamento que alguém possa ter dele na mente.⁵⁹

Já o Sr.Y defende a tese de que objetos não-existentes são meros *possibilia* (Sr.Y é um modalista). *Possibilia* são objetos que não existem, mas poderiam ter existido (se as circunstâncias tivessem sido outras), como por exemplo: Pégaso, a montanha de ouro e o porco voador. O Sr.Y faz a distinção entre ser e existir; existir se refere aos objetos pertencentes ao espaço-tempo (e que são identificados com a propriedade de existência E), e ser é algo mais vasto e que inclui não só os objetos existentes, como objetos que não existem, mas que poderiam ter existido. Quine faz três críticas ao Sr.Y. Primeiro: para Quine, em termos estéticos, um universo desértico, povoado com poucas coisas é preferível a um universo povoado por muitas coisas.

Segundo, Quine argumenta através de um princípio que se tornou também um slogan “sem entidade não há identidade”. Sobre esse princípio Quine afirmou que:

Considere, por exemplo, o homem gordo possível diante daquela porta; e agora, o homem calvo possível diante daquela porta. São eles o mesmo homem possível ou dois homens possíveis? Como decidimos? Quantos homens possíveis há diante daquela porta? Há mais magros possíveis do que gordos possíveis? Quantos deles são semelhantes? Ou sua semelhança os torna um único? Não há duas coisas possíveis semelhantes? Isso é o mesmo que dizer que é impossível que duas coisas sejam semelhantes? Ou, finalmente, o conceito de identidade é simplesmente inaplicável a possíveis não realizados? Mas que sentido pode haver em falar de identidades que não podem significativamente ser ditas idênticas a si mesmas e distintas umas das outras? Esses elementos são quase incorrigíveis.⁶⁰

Conforme podemos observar na passagem acima, esse princípio afirma que somente podemos aceitar entidades, se tivermos algum procedimento que determine quando que

⁵⁹ BRANQUINHO, J. O Problema das Predicações Singulares de *Inexistência*. In: IMAGUIRE, G.; OLIVEIRA, M. (org.). **Metafísica Contemporânea**, Rio de Janeiro: Vozes, p.247-268, 2008.

⁶⁰ QUINE, W. **De um Ponto de Vista Lógico**. São Paulo: UNESP, 2010, p.15.

entidades de um certo tipo são idênticas e quando elas são distintas, quando é que há uma delas e quando é que há mais do que uma delas. Os *possibilia*, como os homens gordos possíveis naquela porta, não são possíveis de ser contadas, assim, não é possível determinar quantos homens gordos estão na porta; logo para Quine tais objetos (como os *possibilia*) devem ser cortado pela navalha de Ockham.

A última objeção de Quine para como o Sr.Y, é de que ele está comprometido ontologicamente para com objetos contraditórios, como o círculo quadrado. Quine aqui segue as mesmas críticas que Russell já havia feito a Meinong em Da denotação. Do ponto de vista do Sr.Y (seguindo o argumento do não-ser), se a sentença “Pégaso não existe” é verdadeira, e dotada de sentido, então segue que Pégaso é (ou que há Pégaso). De modo semelhante, se a sentença “a cúpula redonda quadrada de Berkeley College não existe” é verdadeira, e dotada de sentido, então segue que a cúpula redonda quadrada de Berkeley College é (ou que há a cúpula redonda quadrada de Berkeley College). Mas, há um problema aqui: se tal objeto é impossível, então ele não só não existe como não poderia ter existido. Nesse sentido, Quine pretende colocar o Sr.Y em um dilema: ou ele afirma contradições, ao admitir que há objetos redondos e quadrados; ou então tem de aceitar que a sentença “a cúpula redonda quadrada de Berkeley College não existe” é sem sentido dado que a sentença contém contradições (“redondo e quadrado”).⁶¹

⁶¹ BRANQUINHO, J. O Problema das Predicações *S*ingulares de *I*nexistência. In: IMAGUIRE, G.; OLIVEIRA, M. (org.). **Metafísica Contemporânea**, Rio de Janeiro: Vozes, p.247-268, 2008.

4 O Ressurgimento do Meinonguianismo

Conforme já dito acima, o novo paradigma de análise lógica de Russell, ficou por quase meio século sendo uma espécie de referência antimeinonguiana, a ponto de Ryle afirmar que: “A teoria do objeto... está morto, enterrado e não vai ser ressuscitado.”⁶²

Mas Mally, um dos principais discípulos de Meinong, desde 1912⁶³ já havia indicado duas estratégias a ser seguido pelos meinonguianismo em respostas as críticas de Russell. A primeira estratégia trata-se sobre a distinção entre dois tipos de propriedades; a nuclear e a extranuclear (ao qual foi seguida por Meinong, conforme vimos acima). A outra estratégia trata-se na distinção entre dois modos de predicação (ao qual foi seguido pelo próprio Mally). Assim, a partir dessas duas estratégias de Mally, o meinonguianismo foi retomado a partir do final dos anos setenta e início dos anos oitenta do século passado.⁶⁴ Esse ressurgimento se deu, sobretudo, por conta dos avanços das lógicas não-clássicas, o que tornou as teorias neomeinonguianas mais robustas, fazendo-as responder mais satisfatoriamente às críticas com que vinha recebendo até então, sobretudo de Russell e Quine, conforme Orilia:

De qualquer maneira, pode-se tirar uma lição das tentativas neomeinonguianas. Sua abordagem certamente aborda os dados relevantes de uma maneira mais satisfatória do que a teoria das descrições (Russell-Quine). Podemos acrescentar que isso se dirige, então, de forma mais satisfatória do que o dualismo semântico de Frege ... em certo sentido, o ônus da prova após o esforço neo-meinongiano recai sobre aqueles que querem defender o atualismo.⁶⁵

Neste capítulo nós vamos apresentar as teorias neomeinonguianas (4.1), depois as respostas neomeinonguianas as críticas de Russell em (4.2) e a Quine também em (4.3).

⁶² RYLE, G. *Intentionality-Theory and the Nature of ThInkIng*. In: HALLER, R. (ed.). **Jenseits von Sein und Nichtsein. Beiträge zur Meinong-Forschung**. Graz: Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, 1972. p. 7.

⁶³ MALLY, E. **Gegenstandstheoretische Grundlagen der Logik und Logistik**. Leipzig: Barth. 1912.

⁶⁴ Tal ponto começou a ser defendido fortemente nos anos setenta por FINDLAY em FINDALY, John. **MeInong's Theory of Objects and Values**. Oxford: Clarendon Press, 1993; Lambert em LAMBERT, K. Impossible Objects. *Inquiry*, [s. l.], v.17, p.303-314, 1974; Perszyk em PERSZYK K. Nonexistent Objects: Meinong and Contemporary Philosophy. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993; Castañeda em CASTAÑEDA, H. *ThInkIng* and the structure of the world. *Critica*, [s. l.], v. 6, p. 43–86, 1972; e em seguida, a partir dos anos 80 do século passado por Routley em ROUTLEY, R. **ExplorIng Meinong's Jungle and Beyond**. [S. l.], 1980; Parsons em PARSONS, T. **Nonexistent Objects**. Westford, Mass: Yale University Press, 1980; Jacqueline em JACQUETTE, D. **MeInongian Logic: The Semantics of Existence and Nonexistence**. Berlin: Walter de Gruyter, 1996; Zalta em ZALTA, E. **Abstract Objects: An Introduction to axiomatic metaphysics**. Dordrecht: D. Reidel, 1983, Pasniczek em PASNICZEK, J. **The Logical of Intentional Objects: A Meinongian Version of Classical Logic**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997 Cochiarella em COCCHIARELLA, N. **Formal Ontology and Conceptual Realism**. Dordrecht: Springer, 2007; McGINN em MCGINN, C. **Mental Content**. Oxford: Blackwell, 1989. e mais recentemente por Priest em PRIEST, G. **Towards Non-Being**. Oxford: Clarendon Press, 2005., Berto em BERTO, F. **Existence as a Real Property: The Ontology of Meinongianism**. Dordrecht, Heidelberg, New York: Synthese Library, 2013. E Crane em CRANE, T. **The Objects of Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

⁶⁵ ORILIA, F. *Ulisse, I quadrato rotondo e l'attuale Re di Francia*. Pisa: Edizioni ETS, 2002. p.175.

4.1 As Teorias Neomeinonguanas

Os neomeinonguanos se dividem em dois grupos⁶⁶⁶⁷: No primeiro grupo temos os neomeinonguanos ortodoxos,⁶⁸ que seguem mais propriamente Meinong na distinção entre os dois tipos de propriedades. Os seus principais representantes são: Richard Routley⁶⁹, Dale Jacquette⁷⁰ e Terence Parsons⁷¹. Para eles, objetos não-existentes são objetos concretos não-existentes.

O principal representante do grupo dos neomeinonguanos ortodoxo é Parsons. A sua distinção entre dois tipos de propriedades são: as nucleares e as extra-nucleares. Uma propriedade é nuclear se ela faz parte da natureza (ou da constituição) do objeto, tais como: ser azul, ser grande, bater em Sócrates, ser batido por Sócrates. Bater em alguém, ser ouro, ser montanha. Uma propriedade é extra-nuclear se ela não faz parte da natureza (ou da constituição) do objeto. Essas propriedades são distinguidas pelas seguintes categorias predicativas: Ontológico contendo propriedades como - existir, não existir, ser mítico, ser ficcional; Modal contendo propriedades contendo propriedades como - ser possível, ser impossível; Intencional contendo propriedade como - ser pensado por Meinong, ser amado por alguém e Técnico contendo propriedades como - ser completo, ser incompleto.

O princípio de compreensão de Parsons (a partir daqui nós o identificaremos como PCP) afirma que: para qualquer conjunto de propriedades nucleares, há um objeto que satisfaz as propriedades do conjunto. Formalmente temos: $\exists x \forall F (Fx \equiv \Phi)$, onde x satisfaz F sobre

⁶⁶ Para mais detalhes consulte: BERTO, F. **Existence as a Real Property: the ontology of meInongianism**. Dordrecht, Heidelber, New York: Synthese Library, 2013; IMAGUIRE, G. Possibilia. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (org.). **Compêndio em LInha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014; SALIS, F. Entidades Ficcionalis. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (org.). **Compêndio em LInha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014 e também Existência. In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (org.). **Compêndio em LInha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

⁶⁷ Há um terceiro grupo neomeInonguiano mais recente, mas que não iremos nos aprofundar. Mas, brevemente podemos dizer que o terceiro tipo de neomeInonguianismo se chama meInonguianismo modal, ao qual foi fortemente Influenciado por Routley através da teoria do nadismo (termo cunhado por Lewis em: LEWIS, D. Noneism and Allism. *MInd*, [s. l.], v.99, p.23-31, 1990), sendo representado por Priest e Berto. Basicamente o meInonguianismo modal Invoca a Instanciação de propriedade em diferentes mundos. Priest (o seu prIncipal representante) Invoca um único domínio de objetos para todos os mundos, ou seja, em todos os mundos há uma totalização de objetos, mas somente em alguns mundos eles existem. Por exemplo: Há mundos possíveis que Sherlock Holmes poderia existir e mundos impossíveis para círculos quadrados. Para mais detalhes consulte: PRIEST, G. **Towards Non-BeIng**. Oxford: Clarendon Press, 2005; e BERTO, F. **Existence as a Real Property: The Ontology of MeInongianism**. Dordrecht, Heidelber, New York: Synthese Library, 2013.

⁶⁸ Berto denomIna esse tipo de meInonguianismo de meInonguianismo tipo i em BERTO, F. **Existence as a Real Property: The Ontology of MeInongianism**. Dordrecht, Heidelber, New York: Synthese Library, 2013.

⁶⁹ ROUTLEY, R. **ExplorIng Meiong's Jungle and Beyond**. [S. l.], 1980.

⁷⁰ JACQUETTE, D. **MeInongian Logic: The Semantics of Existence and Nonexistence**. BerlIn: Walter of Gruyter, 1996.

⁷¹ PARSONS, T. **Nonexistent Objects**. Westford, Mass: Yale University Press, 1980.

uma dada condição de propriedades nucleares Φ . Por exemplo, considere esta fórmula: $\exists x \forall F (Fx \equiv F = C \vee F = A)$, onde “C” representa a propriedade nuclear “ser cavalo” e “A” representa a propriedade nuclear “ser alado”. Assim, temos que Pégaso é o objeto (x) que satisfaz as propriedades nucleares do conjunto {ser cavalo (C), ser alado (A)}. Parsons compreende o ser de Pégaso como um objeto concreto não-existente.

No segundo grupo temos os neomeinongianos heterodoxos, que seguem mais propriamente Mally na distinção entre dos modos de predicação. Os seus principais representantes são: Os principais representantes desse grupo são: Héctor-Neri Castañeda⁷², William Rapaport⁷³ e Edward Zalta.⁷⁴⁷⁵ Para eles, objetos não-existentes são objetos abstratos.

O principal representante do grupo dos neomeinongianos heterodoxo é Zalta. A sua distinção entre dois modos de predicação são: a exemplificação e a codificação. A exemplificação é a relação que ocorre entre um objeto concreto e uma propriedade por ele instanciada. A sua fórmula atômica é Fx , por exemplo: Allan Pinkerton exemplifica a propriedade de ser detetive (Fa). A Codificação é a relação que ocorre entre um objeto abstrato e uma propriedade. A sua fórmula atômica é xF , por exemplo: Sherlock Holmes codifica a propriedade de ser detetive (aF).

Zalta pretende mostrar a diferença que há entre predicar algo como um objeto concreto de predicar algo como um objeto abstrato.⁷⁶ Assim, podemos dizer que Sherlock Holmes não é detetive no mesmo sentido que Allan Pinkerton o é. Pois, se Allan Pinkerton exemplifica a propriedade de ser detetive, então ele existe no espaço-tempo e, por conseguinte, é capaz de estabelecer relações causais com o nosso mundo, A partir daí, temos a possibilidade de conversar, tocar, abraçar ou mesmo contratá-lo pelos seus serviços de detetive. Mas, se Sherlock Holmes codifica a propriedade de ser detetive, então ele não existe no espaço-tempo e, por conseguinte, não é capaz de estabelecer relações causais com o nosso mundo, conforme. A partir daí, já não temos a possibilidade de conversar, tocar, abraçar, contratá-lo pelos seus serviços de detetive ou mesmo de ir a Londres e visitá-lo em Baker Street 221B.

O princípio de compreensão de Zalta (a partir daqui nós o identificaremos como PCZ) afirma que: Dada certas condições de propriedades, há um objeto abstrato que as codifica.

⁷² CASTAÑEDA, H. *Thinking and the structure of the world*. *Critica*, [s. l.], v. 6, p. 43–86, 1972.

⁷³ RAPAPORT, W. *MeInongian theories and a russellian paradox*. *Noûs*, [s. l.], v. 12, p. 153– 180, 1978.

⁷⁴ ZALTA, E. **Abstract Objects: An Introduction to axiomatic metaphysics**. Dordrecht: D. Reidel, 1983.

⁷⁵ Outros que não meInongiano fizeram a distinção entre modos de predicação, Cf: INWAGEN, P. *Creatures of Fiction*. *American Philosophical Quarterly*, [s. l.], v.14, p.299-308, 1977; KRIPKE, S. **Reference and Existence**. New York: Oxford University Press, 2013; e MEINWALD, Constance. **Plato’s Parmenides**. New York: Oxford University Press, 1991.

⁷⁶ Greimann faz uma crítica aos dois modos de predicação de Zalta. Para mais detalhes, consulte: GREIMANN, D. *Is Zalta’s Individuation of Intensional Entities Circular?* *Metaphysica*, [s. l.], v.4, n.2, p.93-101, 2003.

Formalmente temos: $\exists x (A!x \ \& \ \forall F(xF \equiv \Phi))$, onde “A!x” significa que x é um objeto abstrato e que x codifica F sobre uma dada condição de propriedades Φ . Por exemplo, considere esta fórmula: $\exists x(A!x \ \& \ \forall F(xF \equiv F = C \vee F = A))$, onde “C” representa a propriedade “ser cavalo” e “A” representa a propriedade “ser alado”. Assim, temos que Pégaso codifica as propriedades “ser cavalo” e “ser alado”. Aqui diferente de Parsons, Zalta compreende o ser de Pégaso como um objeto abstrato.

A partir de agora nos utilizaremos às ferramentas lógicas dos neomeinonguianos, Parsons e Zalta, com o objetivo de responder as críticas de Russell e Quine: uma de que o meinonguianismo viola os princípios da lógica clássica e outra de que o meinonguianismo assume um compromisso ontológico para com os objetos não-existentes. A nossa resposta será de que: o meinonguianismo não viola nenhum princípio da lógica clássica e de que ele não precisa assumir nenhum compromisso ontológico para com os objetos não-existentes.

4.2 As Respostas Neo-Meinonguianas às Críticas de Russell

Antes de apresentarmos a resposta de Parsons ao Russell, é importante observar abaixo os seguintes pontos da sua teoria:

j. A distinção entre propriedades nucleares e extranucleares;

k. A restrição de aplicação dos princípios da lógica clássica (P.T.E. e P.N.C.) somente para objetos concretos;

l. O PCP é restrito as propriedades nucleares, ou seja, somente é permitido as propriedades caracterizadoras dos objetos e não é permitido nenhuma propriedade que não seja caracterizadora dos objetos como são as propriedades extra-nucleares;

m. A distinção conceitual entre quantificador “há” representado por (\exists) do predicado de existência E!, sendo que o primeiro não implica existência. Desse modo pode-se afirmar que há objetos que não existem, conforme a fórmula “ $\exists x \neg E!x$ ”. Aqui, Parsons comenta que na linguagem natural nós fazemos a distinção entre “haver” e “existir”, como em “há personagens fictícios que odiamos, embora eles não existam”;

n. O princípio de propriedade aguada (*watering-down principle*) que afirma que: para cada propriedade extranuclear P, temos uma propriedade nuclear correspondente ‘P!’⁷⁷, que tem a sua contraparte “aguada” (*watered-down*). Por exemplo: a propriedade extranuclear de

⁷⁷ O operador ‘...’ pode ser compreendido como uma função que associa cada predicado extranuclear a um predicado nuclear que é coextensivo com os objetos existentes, isto é, ‘P!’ é coextensivo com P.

existir (E!), tem a sua contraparte aguada (ou “nuclearizada” no sentido de ser uma propriedade extranuclear mais fraca, que pode ser exemplificada nuclearmente) correspondente a ($E!x$). Em uma das contrarrespostas de Meinong a Russell (conforme vimos acima), Meinong fez a distinção entre “x ser existente” e “x existir”. Parsons retoma essa ideia de Meinong e essa interpretação em sua teoria é a seguinte: “x existe” significa “E!” e “x é ser existente” significa $E!x$, ou seja, “existe” (E!) é uma propriedade extranuclear e “ser existente” é a sua contraparte diluída ($E!x$).

Agora para apresentarmos as respostas de Parsons a Russell, consideremos antes as seguintes sentenças abaixo:

xiii. A montanha de ouro existente.

xiv. O círculo quadrado é circular e não é circular.

Levando em consideração a aplicação do PCP na sentença xiii, formalmente temos que: $\exists x \forall F (Fx \equiv F = Mx \vee F = Ox \vee F = E!x)$, onde ($F = Mx \vee F = Ox \vee F = E!x$) são as condições de propriedades nucleares da fórmula Φ , sendo que “M” representa a propriedade nuclear “ser montanha”, “O” representa a propriedade nuclear “ser ouro” e ‘E!’ representa a sua contraparte nuclear “ser existente”. Assim, todas essas propriedades são nucleares. Agora observem uma diferença importante em relação a essa fórmula: $\exists x \forall F (Fx \equiv F = Mx \vee F = Ox \vee F = E!x)$. Conforme vemos, ela possui uma propriedade extranuclear E! , logo temos que: $\exists x \forall F (Fx \equiv F = Mx \vee F = Ox \vee F = \mathbf{E!x}) \neq \exists x \forall F (Fx \equiv F = Mx \vee F = Ox \vee F = \mathbf{E!x})$. O destaque em negrito é para apresentar que ‘E!’, enquanto uma propriedade nuclearizada, segue a interpretação de Meinong quanto à afirmação “a montanha de ouro existente”; e o outro destaque em negrito para E!, significa que a propriedade extranuclear existir corresponde a interpretação de que a montanha de ouro existe no espaço-tempo, mas tal interpretação não pode ser o caso, por isso é que Parsons restringe o seu princípio de compreensão somente para objetos que exemplificam as propriedades nucleares (conforme I). Assim, podemos concluir que: se a montanha de ouro possui a propriedade aguada ‘E!’, então ela não existe ($\neg E!x$). Formalmente temos: $\exists x (Mx \vee Ox \vee E!x) \rightarrow \neg \exists x (Mx \vee Ox \vee E!x)$. Aqui, Parsons deixa mais claro a afirmação de Meinong e que Russell não compreendeu, qual seja: “A existente montanha de ouro não existe”.

Portanto, a sentença xiii não viola o P.T.E., pois a montanha de ouro não existe. Formalmente podemos representar essa afirmação da seguinte maneira: $\neg\exists x (Mx \ \& \ Ox \ \& \ E!x)$.

Agora levando em consideração também a aplicação do PCP na sentença xiv, formalmente temos que: $\exists x\forall F(Fx \equiv F = Cx \vee F = \neg Cx)$, onde “(F= Cx \vee F = ‘ $\neg Cx$ ’)” são as condições de propriedades nucleares da fórmula Φ , sendo que “C” representa a propriedade nuclear “ser círculo” e ‘ $\neg Cx$ ’ representa a versão nuclearizada da propriedade de “não ser círculo”. Aqui é necessário compreender os dois tipos de negação da propriedade nuclear C; a propriedade negativa extranuclear ($\neg C$)! e a sua versão nuclearizada ‘($\neg C$)!’. Dessa forma temos que na sentença xiv, o círculo quadrado possui a propriedade nuclear de ser círculo (C) e a versão nuclearizada da propriedade de não ser círculo (‘ $\neg C!$ ’), dado que a propriedade extranuclear não ser círculo ($\neg C$) pertence somente aos objetos que existem no espaço-tempo; logo temos que a sentença xiv não se aplica aos objetos no espaço tempo. Formalmente temos que: $\exists x(Cx \vee \neg Cx) \rightarrow \neg \exists x(Cx \vee \neg Cx)$.

Portanto, a sentença xiv não viola o P.N.C. pois ela não se aplica aos objetos no espaço-tempo. Formalmente podemos representar essa afirmação da seguinte maneira: $\neg\exists x(Cx \ \& \ \neg Cx)$.

Na figura 1, podemos visualizar mais claramente as respostas de Parsons a Russell, quanto as sentenças xiii e xiv não violarem os princípios da lógica clássica.

Figura 1- As respostas de Parsons a Russell.

Sentenças	P.C.P. - $\exists x\forall F(Fx \equiv \Phi)$	Preservação da Lógica Clássica
xiii.A montanha de ouro existente	$\exists x\forall F(Fx \equiv F = Mx \vee F = Ox \vee F = \neg E!x)$	$\exists x\forall F(Fx \equiv F = Mx \vee F = Ox \vee F = \neg E!x) \rightarrow \neg\exists x (Mx \ \& \ Ox \ \& \ E!x)$
xiv. O círculo quadrado é círculo e não círculo	$\exists x\forall F(Fx \equiv F = Cx \vee F = \neg Cx)$	$\exists x\forall F(Fx \equiv F = Cx \vee F = \neg Cx) \rightarrow \neg\exists x(Cx \ \& \ \neg Cx)$

Fonte: o autor (2021)

Antes de apresentarmos a resposta de Zalta a Russell, observamos alguns aspectos importantes de sua teoria:

- o. Zalta faz diferenciação entre existente e não-existente em termos de ser concreto e ser abstrato.
- p. Zalta define um objeto concreto pelo seguinte axioma⁷⁸: ('O!') =df $[\lambda x \Diamond E!x]$, onde um objeto que é possível de existir no espaço-tempo. Os objetos concretos podem exemplificar as propriedades que seguem (conforme e): “ter forma”, “ter cor”, “ter tamanho”, “ter textura”, “ter massa”, “ter localização espaço-temporal”, “ser largo”, “ser macio”, “ser visível”, “ser capaz de sentir”.
- q. Zalta define um objeto abstrato pelo seguinte axioma: ('A!') =df $[\lambda x \neg \Diamond E!x]$: um objeto que não é possível de existir no espaço-tempo. Os objetos abstratos não podem exemplificar as propriedades que seguem “ter forma”, “ter cor”, “ter tamanho”, “ter textura”, “ter massa”, “ter localização espaço-temporal”, “ser largo”, “ser macio”, “ser visível”, “ser capaz de sentir”, etc.
- r. Como p e q são uma disjunção exclusiva, segue então que⁷⁹:

r1. $(\forall x) (A!x \rightarrow \Box \neg (\exists F) Fx)$: Para qualquer x, se x é um objeto abstrato, então necessariamente ele falha em exemplificar propriedades.

r2. $(\forall x) (O!x \rightarrow \Box \neg (\exists F) xF)$: Para qualquer x, se x é um objeto concreto, então necessariamente ele não codifica propriedades.

Agora para apresentarmos as respostas de Zalta a Russell, considerando as sentenças xiii e xiv. Tomando em consideração a aplicação do PCZ na sentença xiii, formalmente temos que: $\exists x(A!x \ \& \ \forall F(xF \equiv F= xM \vee F= xO \vee F= xE!))$, onde “F= xM \vee F= xO \vee F= xE!” é a condição de propriedade da fórmula Φ , sendo que “M” representa a propriedade “ser montanha”, “O” representa a propriedade “ser ouro” e “E!” representa a propriedade de existência. Assim temos que: há um objeto abstrato x que codifica as propriedades (xM, xO e xE!), mas não as exemplifica. Nesse sentido, podemos provar que a sentença xiii não viola nenhum princípio da lógica clássica, conforme demonstramos abaixo:

⁷⁸ ZALTA, Edward. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge: The MIT Press, 1988.

⁷⁹ ZALTA, Edward. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge: The MIT Press, 1988. p. 21.

- (P1) x é um objeto abstrato sse não for possível que x seja um objeto concreto (conforme q);
- (P2) Na fórmula $\exists x(A!x \ \&\ \forall F(xF \equiv F= M \vee F= O \vee F= E!))$, x é um objeto abstrato que codifica as propriedades $(xM \ \&\ \ xO \ \&\ \ xE!)$;
- (P3) Se x é um objeto abstrato que codifica as propriedades $(xM \ \&\ \ xO \ \&\ \ xE!)$, então x não as exemplifica (conforme $r1$);
- (C) A sentença xiii não viola nenhum princípio da lógica clássica.

Observem que na fórmula “ $\exists x(A!x \ \&\ \forall F(xF \equiv F= xM \vee F= xO \vee F= xE!)$ ”, além de x codificar as propriedade de ser montanha (xM) e ser de ouro (xO), x codifica também a propriedade de existência ($xE!$), logo a montanha de ouro não exemplifica essas propriedades.

Portanto, podemos afirmar que a montanha de ouro não existe concretamente, o que faz com que o P.T.E. não seja violado. Formalmente podemos representar essa afirmação da seguinte maneira: $\neg \exists x(Mx \ \&\ \ Ox \ \&\ \ E!x)$.

Agora, considerando também a sentença xiv e mais o P.C.Z., temos que: $\exists x(A!x \ \&\ \forall F(xF \equiv F= xC \vee F= \neg xC)$, onde “ $F= xC \vee F= \neg xC$ ” é a condição de propriedade da fórmula Φ , sendo que “ C ” representa a propriedade “ser círculo” e “ $\neg C$ ” representa a propriedade “não ser círculo”. Assim, nós podemos provar que a sentença xiv não viola nenhum princípio da lógica clássica, conforme demonstramos abaixo:

- (P1) x é um objeto abstrato sse não for possível que x seja um objeto concreto (conforme q);
- (P2) Na fórmula $\exists x(A!x \ \&\ \forall F(xC \vee F= \neg xC)$, x é um objeto abstrato que codifica as propriedades $(xC \vee \neg xC)$;
- (P3) Se x é um objeto abstrato que codifica as propriedades $(xC \vee \neg xC)$, então x não as exemplifica (conforme $r1$);
- (C) A sentença xiv não viola nenhum princípio da lógica clássica.

Vejam que na fórmula $\exists x(A!x \ \&\ \forall F(xC \vee F= \neg xC)$, x codifica as propriedades ser circular xC e não ser circular ($\neg xC$) e que, portanto, ele falha em exemplificar essas propriedades. Formalmente podemos afirmar que: $\neg \exists x(Cx \ \&\ \neg Cx)$.

Na figura abaixo, podemos visualizar mais claramente as respostas de Parsons a Russell, quanto às sentenças xiii e xiv não violarem os princípios da lógica clássica:

Figura 2- Respostas de Zalta a Russell

Sentenças	P.C.Z. $\exists x (A!x \& \forall F(xF \equiv \Phi))$	Preservação da Lógica Clássica
xiii. A montanha de ouro existente	$\exists x(A!x \& \forall F(xF \equiv F= xM \vee F= xO \vee F= xE!))$	$\exists x(A!x \& \forall F(xF \equiv F= xM \vee F= xO \vee F= xE!)) \rightarrow \neg \exists x(Mx \& Ox \& E!x)$
xiv. O círculo quadrado é círculo e não círculo	$\exists x(A!x \& \forall F(xF \equiv F= xC \vee F= \neg xC))$	$\exists x(A!x \& \forall F(xF \equiv F= xC \vee F= \neg xC)) \rightarrow \neg \exists x(Cx \& \neg Cx)$

Fonte: o autor (2021)

Na figura abaixo, temos uma comparação entre os dois modos de propriedade de Parsons e os dois modos de predicção de Zalta em relação às sentenças xiii e xiv:

Figura 3- Comparativo entre o P.C.P e P.C.Z.

Sentenças	P.C.P. $\exists x \forall F(Fx \equiv \Phi)$	P.C.Z. $\exists x(A!x \& \forall F(xF \equiv \Phi))$
xiii. A montanha de ouro existente	$\exists x \forall F(Fx \equiv F= Mx \vee F= Ox \vee F= 'E!x')$	$\exists x(A!x \& \forall F(xF \equiv F= xM \vee F= xO \vee F= xE!))$
xiv. O círculo quadrado é circular e não circular	$\exists x \forall F(Fx \equiv F= Cx \vee 'Cx')$	xxi. $\exists x(A!x \& \forall F(xF \equiv F= xC \vee F= \neg xC))$

Fonte: o autor (2021)

4.3 As Respostas Neo-Meinonguianas as Críticas de Quine

A partir de agora nós vamos apresentar as respostas meinonguianas em relação às críticas de Quine em seu artigo “sobre o que há”. Primeiramente em relação McX que defende que objetos não-existentes são entidades de natureza mental. Acreditamos que aqui Quine acerta nas críticas endereçadas ao mentalismo de McX. Embora, tenhamos que reconhecer que a tese levantada por McX é de fácil refutação, pois não podemos aceitar que o significado de Pégaso seja uma representação mental que cada um tenha em sua mente. Para que possamos nos referir ao cavalo alado, é porque de algum modo o seu significado é objetivo. Não acreditamos que algum meinonguiano endossaria a tese de McX.

Mas os argumentos que mais nos importam nesse artigo de Quine são as teses levantadas por SrY. Acreditamos que esse personagem do seu artigo é uma referência à Meinong, sobretudo por que as teses que ele defende, são bem próximas com as de Meinong. A primeira tese que o SrY defende é a de que objetos não-existentes são meros *possibilia*. Ele faz a distinção entre ser e existir; existir se refere aos objetos pertencentes ao espaço-tempo (e que são identificados com a propriedade de existência E) e ser, abrange não só os objetos existentes, como objetos que não existem, mas que poderiam ter existido. A crítica de Quine aqui é em termos estéticos. Para ele é preferível um universo povoado com poucas coisas do que povoado por muitas coisas. No entanto, Quine aqui não apresenta uma boa objeção, pois considerações estéticas podem levar a um subjetivismo, dado que apreciações estéticas não são argumentos. Eu posso preferir um universo povoado de objetos meinonguianos, por exemplo, onde cada termo de uma linguagem natural se refira a tal objeto, algo como um espaço lógico meinonguiano. Em termos de argumentação, podemos justificar um tal espaço lógico, pois ele pode resolver certos problemas ontológicos (além de lógico e linguístico) em relação aos objetos não-existentes, como problemas de referência, paradoxos, objetos intencionais. Se alguém levantar alguma objeção contra isso, em termos estéticos como fez Quine, não haverá problema; meinonguianos tem ótimas ferramentas lógicas para deixar todo o seu espaço lógico ordenado como um jardim e não como selva.

A outra objeção de Quine contra os *possibilia*, se refere ao seu famoso critério de identidade que virou no seguinte slogan “sem identidade não há entidade”. Para ele, não há um procedimento coerente que determine quando que objetos não-existentes, do tipo meinonguianas (como Centauro, Saci-pererê, círculo quadrado) por exemplo, são idênticas e quando elas são distintas, quando é que há uma delas e quando é que há mais do que uma delas. Mas note que esse critério de identidade (ou admissibilidade) de Quine, não foi nem mesmo defendido claramente por ele, pois se seu critério fosse levado adiante, então teríamos que retirar de nossa ontologia certos objetos matérias como pessoas e artefatos.⁸⁰ Ou seja, não somente objetos não-existentes seriam aceitos, mas certos objetos materiais existentes também não seriam aceitos.

Em relação ao homem gordo possível e ao homem magro possível na porta, nos entendemos que esse exemplo de Quine apresenta um equívoco na descrição. Por um lado, Quine fala em *possibilia* (como o homem gordo possível e o homem calvo possível), por

⁸⁰ BRANQUINHO, J. O Problema das Predicações *S*ingulares de *I*nexistência. In: IMAGUIRE, G.; OLIVEIRA, M. (org.). **Metafísica Contemporânea**, Rio de Janeiro: Vozes, p.247-268, 2008.

outro lado, ele fala “estar na porta” dando a entender isso em um sentido real (ou pelo menos imaginando isso em um sentido real), daí ele acabar misturando as duas coisas: os *possibilia* como algo que não existe e o “estar na porta” em sentido concreto, conforme o exemplo abaixo reapresentado:

Considere, por exemplo, o homem gordo possível diante daquela porta; e agora, o homem calvo possível diante daquela porta. São eles o mesmo homem possível ou dois homens possíveis? Como decidimos? Quantos homens possíveis há diante daquela porta? Há mais magros possíveis do que gordos possíveis? Quantos deles são semelhantes? Ou sua semelhança os torna um único? Não há duas coisas possíveis semelhantes? Isso é o mesmo que dizer que é impossível que duas coisas sejam semelhantes? Ou, finalmente, o conceito de identidade é simplesmente inaplicável a possíveis não realizados? Mas que sentido pode haver em falar de identidades que não podem significativamente ser ditas idênticas a si mesmas e distintas umas das outras? Esses elementos são quase incorrigíveis.⁸¹

Mas sendo concessivo com Quine, podemos responder as suas perguntas; Quantos homens possíveis existem naquela porta? Como já afirmamos a pouco, Quine reifica as coisas. Ele tomou a descrição da porta como pressupondo ser ela real (ou imaginando como real). Assim “estar na porta” é uma propriedade que implica existência, então a resposta a ele é: Nenhum homem possível está naquela porta, pois eles não existem e, ao não existirem, eles também são incontáveis.⁸²

A próxima objeção de Quine é em relação ao fato do SrY manter um compromisso ontológico para com objetos contraditórios como o círculo quadrado e a cúpula redonda quadrada de Berkeley College. Isso porque, Quine coloca o SrY em um dilema: ou ele admite que há objetos como o círculo quadrado e a cúpula redonda quadrada de Berkeley, ou ele admite que a sentença como “a cúpula redonda quadrada de Berkeley não existe” é destituída de sentido. Antes de responder essa questão é importante deixar claro uma coisa: *meinongianos* não estão comprometidos com a ideia de que todo termo singular ou toda descrição definida singular denote algo. Assim, o compromisso ontológico que Quine imputa ao SrY, pode ser desfeita.

Outra objeção a Quine é que ele coloca o SrY em um falso dilema. Isto porque quando os *meinongianos* (e podemos considerar SrY também) afirmam que há círculo quadrado, eles não estão admitindo objetos contraditórios, apenas *impossibilia*. Por isso, é importante fazer aqui a distinção entre objetos contraditórios e objetos impossíveis. Um objeto é contraditório quando ele satisfaz a seguinte condição: x é F e não é o caso que x é F . Por exemplo: x é

⁸¹ QUINE, W. **De um Ponto de Vista Lógico**. São Paulo: UNESP, 2010. p.15.

⁸² PRIEST, G. **Towards Non-Being**. Oxford: Clarendon Press, 2005.

circular e não é o caso que o x é circular. Mas, para os meinonguianos, nenhum objeto não-existente satisfaz essa condição. O que os meinonguianos se referem quando afirmam que “há círculo quadrado”, é afirmar uma outra condição, qual seja: x é circular e x é quadrangular, ao qual não pode ser satisfeito por nenhum objeto existente. O erro de Russell e Quine foi entender a afirmação meinonguiana de “há um círculo quadrado” como $\forall x (Cx \rightarrow \neg Qx)$, onde vemos: para todo x, se x é circular, então x não é quadrangular. Esta condição somente é satisfeita por objetos existentes, segundo o meinonguianismo. Assim, tanto SrY quanto o meinonguianismo não estão se comprometendo com objetos contraditórios, mas com *impossibilia*⁸³ (embora, os meinonguianos não precisem se comprometer ontologicamente com eles, mas caso não seja assim, isso não precisa causar um escândalo, na medida que tais objetos não existem mesmo).

4.4 A Ambiguidade Predicativa no Meinonguianismo Ortodoxo

Para Meinong qualquer termo singular que represente algum objeto não-existente em uma dada sentença, deve denotar algo. No entanto, tal denotação foi entendido por Meinong como implicando que os objetos não-existentes exemplificam propriedades⁸⁴; razão porque de Meinong considerar os objetos não-existentes como objetos concretos que não existem.⁸⁵ Por exemplo, para Meinong uma sentença na forma “a é F” (independentemente se o termo singular representa um objeto existente ou não-existente) o “é” da predicação significa “exemplifica” (como em “Pégaso é alado”) e uma descrição como “o tal e tal...” (independentemente se a referência designativa é sobre um objeto existente ou não-existente) significa “o objeto que exemplifica ser o tal e tal...”⁸⁶ (como em “o círculo quadrado é círculo”).⁸⁷

⁸³ BRANQUINHO, J. O Problema das Predicações Singulares de Inexistência. In: IMAGUIRE, G.; OLIVEIRA, M. (org.). **Metafísica Contemporânea**, Rio de Janeiro: Vozes, p.247-268, 2008.

⁸⁴ Importante deixar claro que Meinong não usou o termo técnico “exemplificação”, mas a maneira como ele utilizou a predicação para com os objetos não-existentes por meio da linguagem natural, nós dá a entender que o sentido é o mesmo CF: ZALTA, Edward. **Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality**. Cambridge: The MIT Press, 1988.

⁸⁵ Praticamente essa é a visão de todos aqueles a quem apresentamos acima e que são pertencentes ao chamado meinonguianismo ortodoxo.

⁸⁶ É praticamente esta a ambiguidade; tanto objetos existentes como não-existentes tem a exemplificação como o único modo de predicação. É por conta disso que Meinong assumi os objetos não-existentes como objetos físico que não existem. De certa forma, a crítica de Russell a Meinong é acertada aqui, pois se os objetos não-existentes são tomados da mesma maneira que um objeto concreto, então é de se supor que tais objetos violam os princípios da lógica clássica (o princípio do terceiro excluído e o princípio da não-contradição).

⁸⁷ ZALTA, Edward. **Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality**. Cambridge: The MIT Press, 1988.

Seguindo Meinong, a teoria de Parsons, conforme já vimos acima, defendi que há um único objeto e dois tipos de relações (nuclear e extranuclear). Assim, há um único tipo de objeto x que é montanha, e que a diferença entre o monte K2 da montanha de ouro, é o fato do monte K2 ser um objeto concreto existente e a montanha de ouro ser um objeto concreto não-existente. Desse modo, uma descrição na forma $(\exists x)(\forall F)(Fx \equiv F = M \vee F = O)$, sendo “M” = montanha e “O” = ouro denota um objeto que exemplifica as propriedades nucleares montanha (“M”) e ouro (“O”).⁸⁸

Mas esta concepção nos leva aos seguintes questionamentos: como que um objeto não-existente que satisfizesse a descrição “a montanha de ouro”, poderia realmente exemplificar as propriedades “ser montanha” e “ser ouro”? ou também; o fato de que um objeto exemplifique as propriedades “ser montanha” e “ser ouro” não implica que ela exista? Conforme podemos perceber, o termo técnico “exemplificação,” para expressar a relação envolvendo objetos não-existentes, torna-se nesse caso obscuro, pois conforme é de nosso conhecimento, se um objeto x exemplifica a propriedade de “ser montanha”, então isto implica que tal objeto x tenha forma, tamanho e localização. Ora para uma montanha como K2 isso de fato ocorre, mas não ocorre com a montanha de ouro.⁸⁹

Assim, ao invés de seguirmos as ideias de Meinong e Parsons (ou ao chamado meinonguianismo ortodoxo) de que há um único modo de predicação (a exemplificação) tanto para objetos existentes como não-existentes, ocasionando com isso na ambiguidade salientada acima entre um objeto existente como a montanha K2 e um objeto não-existente como a montanha de ouro; a teoria de Zalta se torna mais atraente⁹⁰, tendo em vista que ele consegue fazer essa desambiguação, ao defender um modo de predicação para objetos concretos (a exemplificação) e um outro modo de predicação para objetos não-existentes ou abstrato (a codificação). Desse modo, há uma diferença na relação entre um objeto concreto e um objeto abstrato para com a propriedade “ser montanha”; enquanto que a montanha K2 a exemplifica, a montanha de ouro a codifica.⁹¹ Essa desambiguação

⁸⁸ Para Parsons, a montanha de ouro é um objeto concreto (só que não existente) tanto quanto qualquer outra montanha existente no mundo, CF: REICHER, M. Nonexistent Objects, *In: Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível on-line em: <https://plato.stanford.edu/entries/nonexistent-objects/> último acesso: 27/12/2020, 2019.

⁸⁹ ZALTA, Edward. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge: The MIT Press, 1988, pag.113.

⁹⁰ É importante deixar claro que apesar do nosso trabalho acreditar que a teoria dos dois modos de predicação de Zalta seja a mais convincente em relação a teoria dos dois tipos de propriedades de Parsons (ou do meinonguianismo ortodoxo de um modo geral), acreditamos que ainda assim ele consegue responder satisfatoriamente as objeções de Russell e Quine.

⁹¹ Em contraposição a teoria de Parsons em que há um único tipo de objeto, na teoria de Zalta há dois tipos de objetos; objetos concretos (ou existentes) e objetos abstratos (não-existentes). Assim, na teoria de Parsons, por exemplo, a montanha de ouro é um objeto concreto tal como qualquer outra montanha existente no mundo, de modo contrário, em Zalta a montanha de ouro é um objeto abstrato enquanto que qualquer outra montanha existente no mundo pertencem ao conjunto dos objetos concretos.

permite compreender que a montanha de ouro nunca exemplificará tal propriedade, conforme o axioma ('A!') = df $[\lambda x \neg \Diamond E!x]$.⁹²

Considerações Finais

Consideramos este trabalho a favor do argumento do não-ser. De fato, o não-ser de algum modo é. Apesar disso parecer paradoxal, pois afirmamos algo como “Pégaso é, mas não existe”, pensamos que o meinonguianismo apresenta argumentos que dissipam paradoxo como este.

Apesar de reconhecermos que o artigo “Da denotação” de Russell, tenha contribuído substancialmente como um novo paradigma de análise lógica, e tenha sido uma referência antimeinonguiana ao longo do século xx, acreditamos que as suas críticas de que, a teoria dos objetos de Meinong viola os princípios da lógica clássica (P.T.E. e P.N.C), não são sustentáveis. Mally (aluno de Meinong), sugeriu ao meinonguianismo que, em resposta a Russell, se fizesse dois tipos de distinções; uma entre os dois tipos de propriedade e a outra entre dois tipos de predicação. Meinong seguiu a primeira, assim como todos aqueles a quem classificamos de neomeinonguianismo ortodoxo, em especial o seu maior representante, Parsons. Mally desenvolveu a teoria dos dois tipos de predicação, sendo seguidos por todos aqueles a quem classificamos de neomeinonguianismo heterodoxo, em especial o seu maior representante, Zalta.

As sugestões de Mally foram significativas. De fato, o desenvolvimento teórico da perspectiva entre os dois tipos de propriedades e os dois tipos de predicação, conforme acreditamos, apresentam respostas satisfatórias as críticas de Russell e também na resolução do paradoxo do não-ser. Por exemplo, em relação a teoria dos dois tipos de propriedades, a sentença “Pégaso é, mas não existe” pode ser apresentado da seguinte maneira: a propriedade nuclear, caracterizadora do ser de Pégaso é: ser cavalo e ser alado. Já a propriedade extra-nuclear de não existir, não participa da caracterização do objeto Pégaso; logo: ainda que Pégaso não exista (propriedade extra-nuclear) ele é (propriedade nuclear)

Já em relação aos dois tipos de predicação, e analisando novamente a sentença “Pégaso é, mas não existe”, temos que: Pégaso é um objeto abstrato que codifica as propriedades ser cavalo e ser alado, mas não as exemplifica. Assim, ainda que Pégaso não

⁹² Isto significa que na teoria dos dois modos de predicação de Zalta, objetos não-existentes não são concebidos como objetos físicos que não existem (tal como é na teoria de Meinong e Parsons), mas como objetos abstratos.

exista (pois ele não exemplifica as propriedades de ser cavalo e ser alado) ele é (pois ele codifica as propriedades de ser cavalo e ser alado).

Por essas duas propostas neomeinonguianas (ortodoxa e heterodoxa) podemos concluir que: há coisas que não existem. Assim, retomando a sentença “Pégaso é, mas não existe” podemos formalmente representa-lo como: $\exists x(Cx \wedge \neg E!x)$, onde “C” representa a descrição “o cavalo alado de Belerofonte” e “E!” é o predicado de existência. Aqui podemos responder ao Quine, que o meinonguianismo não se comprometer ontologicamente com um tal objeto chamado Pégaso. De fato, não existe nenhum objeto que satisfaz a descrição C; logo, Pégaso não existe ($\neg E!x$). O quantificador “ $\exists x$ ” é lido como “há um objeto x tal que...”. Aqui, diferentemente de Quine, o meinonguianismo lê esse quantificador de maneira neutra, onde o conceito de “haver” abrange objetos que são destituídos de ser. Logo, nos acreditamos que o meinonguianismo acaba de certa forma concordando com Russell e Quine; de fato se Pégaso não existe, então não temos razões para assumirmos qualquer compromisso ontológico para com tal objeto (e com todos outros objetos que não existem). Até mesmo porque, Pégaso é um objeto destituído de ser (assim como todos outros objetos que não existem também). Nesse sentido, não achamos que Quine tenha razão ao dizer que “o meinonguianismo inflaciona a ontologia”, pois se a montanha de ouro, Sherlock Holmes e a fonte da juventude não existem e são destituídos de ser, então não há o que a navalha de Ockham tenha a cortar.

A nossa principal objeção ao Quine é de que: somente o que existe possui propriedade e pode ser objeto de referência. Contrariamente a esse ponto de vista, nosso trabalho acredita que um objeto não-existente deve possuir os mesmo “direitos” que os objetos existentes, exceto de existência. Isto é: objetos não-existentes podem denotar algo, possuir propriedades, possuir valor de verdade e também possuir regras de inferências. A única coisa que objetos não-existentes se diferencia dos objetos existentes, é que eles não existem. Isso não é tão obscuro de ser aceito, por exemplo: na sentença “Sherlock Holmes é detetive”, nós temos a propriedade de “ser detetive” aplicado ao sujeito da sentença “Sherlock Holmes”; a própria sentença nós parece intuitivamente verdadeira e podemos nos referir ao objeto “Sherlock Holmes” sem problema. Além disso, se Sherlock Holmes é detetive, então podemos inferir que ele investiga fatos, circunstâncias e pessoas envolvidas neles. Não aceitar que objetos não-existentes possuam esses mesmo “direitos” que um objeto existente (como a de ter uma propriedade, poder ser referido, ter condições de verdade e poder se fazer inferência, exceto o de existência) é considerar toda a literatura de ficção sem sentido; o que não é o caso, pois as

peças discutem sem nenhum problema a respeito de um livro de ficção, filme, série e peças de teatro.

Assim, nós defendemos como proposta final dessa pesquisa⁹³, um domínio meinongiano, onde haja uma variedade de objetos de todos os tipos (existentes, possíveis, impossíveis etc), servindo como referência para cada expressão denotativa em diversos contexto discursivo (científico, ficção, matemático e etc) e não somente para o contexto científico como é a posição de Quine. Nesse sentido, em contextos ficcionais, por exemplo, certos termos singulares devem ser interpretados como que fazendo referência a personagens ficcionais e que sentenças que afirmam a sua existência deve ser pressuposta como verdadeira; personagens ficcionais são indispensáveis para se fazer ficção do mesmo modo que números são indispensáveis para se fazer ciência ou possibilidades são indispensáveis para se fazer teorias contrafactuais.⁹⁴ Nesse domínio meinongiano, poderíamos nos comprometer ontologicamente, apenas com os objetos que existem no espaço-tempo. Quanto aos demais objetos, apesar de possuírem referência, eles podem ser tomados como não existentes. Em outras palavras, tais objetos não-existentes podem ser pensados como sendo objetos lógicos, no sentido de ser um objeto de discurso.⁹⁵ Por exemplo: nos mundos possíveis em que Kant nunca teve filhos, como é o caso do mundo efetivo, o filho de Kant existe como objeto de discurso, para podermos falar dele, ainda que ele não tenha localização espaço-temporal. Assim, podemos nos referir ao filho de Kant que não existe; podemos nos referir há algo que é, mas que não existe.⁹⁶

⁹³ Aqui nós seguimos a proposta de trabalho em: GIRAUD, T. **Il y a des choses qui n'existent pas: Em défense d'un meinongianisme logiquement cohérent et ontologiquement économe**. 2016. 445 f. Thèse (doctorat en philosophie) – Institut Jean Nicod: Paris, 2016.

⁹⁴ CARDOSO, T. **Nomes Vazios: Um Estudo do Problema e de Cinco Soluções**. 2011. 204f. Dissertação (mestrado em filosofia) – Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

⁹⁵ MURCHO, D. & MERLUSSI, P.. A Fórmula de Barcan. *Fundamento – Revista de Pesquisa em Filosofia*, Belo Horizonte, v.2, n.2, jan.-abr. , p.127-157, 2011.

⁹⁶ Aqui temos uma pressuposição de que há coisas que não existem. De fato, se para representar uma situação atual (um mundo possível w) onde o filho de Kant não existe, mas existe, por exemplo, em outro mundo possível w' (onde $d(w') \neq d(w)$), então é necessário um “estoque” de objetos possíveis não atuais. Praticamente endosso aqui as ideias que pretenderei desenvolver no doutorado através dos seguintes autores: ZALTA, E. & LINSKY B. In Defense of the Contingently Nonconcrete. In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University**. Disponível on-line em: <https://mally.stanford.edu/Papers/tomberlin.pdf> . Acesso em: 25 jan. 2021. E também: WILLIAMSON, T. **Modal Logic as Metaphysics**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Referências

- BERLIN, I. **Logical Translation. Proceedings of the Aristotelian Society**, [s. l.], v.50, p.157-188, 1950.
- BERTO, F. **Existence as a Real Property: The Ontology of Meinongianism**. Dordrecht, Heidelber, New York: Synthese Library, 2013.
- BRANQUINHO, J. O Problema das Predicações Singulares de inexistência. *In*: IMAGUIRE, G. & OLIVEIRA, M. (org.). **Metafísica Contemporânea**, Rio de Janeiro: Vozes, p.247-268, 2008.
- BRITO, A. Nomes Logicamente Próprios e Referência Direta. *Principia* (UFSC), Florianópolis, v.5, n. 1-2, p.1-18, 2002.
- CARDOSO, T. **Nomes Vazios: Um Estudo do Problema e de Cinco Soluções**. 2011. 204f. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Universidade de Brasília: Brasília, 2011.
- CARTWRIGHT, R. Negative Existentials. *The Journal of Philosophy*, [s. l.], v.57, n.20/21, p.629-639, 1960.
- CASTAÑEDA, H. Thinking and the structure of the world. *Crítica*, [s. l.], v. 6, p. 43–86, 1972
- CHIRECHIA, G. & GINET, S. **Meaning and Grammar: An Introduction Semantics**. Massachusetts: The Mit Press, 1993.
- COCCHIARELLA, N. **Formal Ontology and Conceptual Realism**. Dordrecht: Springer
- COSTA, J. A Teoria das Descrições de Russell a Partir de On Denoting: Uma Explicação. *Revista Fundamento*, Ouro Preto, v.2, n.2, p.175-189, 2011.
- COURA, M. Descrições Definidas. *In*: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.
- CRANE, T. **The Objects of Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- FINDALY, J. **Meinong's Theory of Objects and Values**. Oxford: Clarendon Press, 1993
- FITTING, M.; MENDELSON, R. **First-Order Modal Logic**. Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 1998.
- GIRAUD, T. **Il y a des choses qui n'existent pas: Em défense d'un meinongianisme logiquement cohérent et ontologiquement économe**. 2016. 445 f. Thèse (doctorat en philosophie) – Institut Jean Nicod: Paris, 2016.
- GRAÇA, A. **Referência e Denotação: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GREIMANN, D. Is Zalta's Individuation of Intensional Entities Circular? **Metaphysica**, [s. l.], v.4, n.2, p.93-101, 2003.

GRIFFIN, N. Russell's Critique of Meinong's Theory of Objects. *In*: Haller, R. (ed.). **Non Existence and Predication**. Amsterdam: Rodopi. 1985-1986.

GROSSMAN, Reinhardt. Meinong's doctrine of the *aussersein* of the pure object. **Noûs**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 67-82, 1974.

HAACK, S. **Filosofia das Lógicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

HYLTON, P. The Theory of Descriptions *In*: GRIFFIN, N.(ed.). **The Cambridge Companion to Bertand Russell**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

IMAGUIRE, G. Nomes Próprios entre a Semantica e a Epistemologia em Russell. *In*: Manuscrito: **Revista Internacional de Filosofia**, [s. l.], Campinas, v. 29, n. 2, p.437-455, 2006.

IMAGUIRE, G. Possibilia. *In*: BRANQUINHO, J.; SANTOS, R. (org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

IMAGUIRE, G. Theory of Descriptions and Inferencial Semantics. *In*: IMAGUIRE, G.; LINSKY, B. (ed.). p. 397-423, 2005

IMAGUIRE, G. LINSKY, B. **On Denoting**. Munich: Philosophia Verlag, 2005.

INWAGEN, P. Existence, Ontological, Commitment, and Fictional Entities. *In*: LOUX, M.& ZIMMERMAN, D. **The Oxford Handbook of Metaphysics**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

JACQUETTE, D. Brentano's Concept of Intentionality. *In*: JACQUETTE, D. (ed). **The Cambrigde Companion to Brentano**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JACQUETTE, D. **Meinongian Logic: The Semantics of Existence and Nonexistence**. Berlin: Walter of Gruyter, 1996.

KRAUSE, D. **Tópicos em Ontologia Analítica**. São Paulo: Unesp, 2017.

LAMBERT, K. Impossible Objects. **Inquiry**, [s. l.], v.17, p.303-314, 1974

LEMONS, I. Nomes Ficcionalis e Nomes Vazios: Crítica à Teoria da Referência sem Referentes de Mark Sainsbury. **Revista Ágora Filosófica**, [s. l.], v.19, n.1, p. 78-102, 2019.

MALLY, E. **Gegenstandstheoretische Grundlagen der Logik und Logistik**. Leipzig: Barth. 1912.

MCGINN, C. **Mental Content**. Oxford: Blackwell, 1989

- MEINONG, A. Sobre a Teoria dos Objetos. *In: BRAIDA, C. R. Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~braida/aberturas.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- MURCHO, D. & MERLUSSI, P. A Fórmula de Barcan. *Fundamento – Revista de Pesquisa em Filosofia*, Belo Horizonte, v.2, n.2, jan.-abr., p.127-157, 2011.
- ORENSTEIN, A. **W.V.Quine**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- ORILIA, U. *I Quadrato Rotondo e L'attuale Re di Francia*. Pisa: Edizioni ETS, 2002.
- PARSONS, T. **Nonexistent Objects**. Westford, Mass: Yale University Press, 1980.
- PASNICZEK, J. **The Logical of Intentional Objects: A Meinongian Version of Classical Logic**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997
- PASNICZEK, J. **Theories of Objects: Meinong and Twardowski**. Lublin: Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 1992.
- PERSZYK K. *Nonexistent Objects: Meinong and Contemporary Philosophy*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.
- PONTES, A. *A Forma Lógica das Sentenças de Existência: Uma Avaliação da Abordagem Quantificacional*. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.
- PONTES, A. **Existência Enquanto Predicado de Primeira Ordem: Algumas Consequências e Objeções**. *Argumentos Revista de Filosofia*, Ano2, n.3, p.36-45, 2010.
- PRIEST, G. **Towards Non-Being**. Oxford: Clarendon Press, 2005.
- QUINE, W. **De um Ponto de Vista Lógico**. São Paulo: UNESP, 2010.
- QUINE, W. Variable Explained Away. *Proceedings of American Philosophical Society*, [s. l.], v. 104, n. 3. p. 343-347, 1960.
- RAPAPORT, W. Meinongian theories and a russellian paradox. *Noûs*, [s. l.], v. 12, p. 153–180, 1978.
- RASPA, V. *Alexius Meinong – Kazimierz Twardowski: Der Briefwechsel*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016.
- REICHER, M. Nonexistent Objects, *In: Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível on-line em: <https://plato.stanford.edu/entries/nonexistent-objects/> último acesso:27/12/2020, 2019.
- ROUTLEY, R. **Exploring Meinong's Jungle and Beyond**. [S. l.], 1980
- RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, New York, v.14, n.56, p.482-483, 1905.

- RYLE, G. Intentionality-Theory and the Nature of Thinking. *In: HALLER, R. (ed.). **Jenseits von Sein und Nichtsein. Beiträge zur Meinong-Forschung.*** Graz: Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, 1972.
- SALIS, F. Entidades Ficcionalis. *In: BRANQUINHO, J. & SANTOS, R. (org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica.*** Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014
- SIMPSON, T. **Linguagem, Realidade e Significado.** Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves, 1979.
- ZALTA, E. **Abstract Objects: An Introduction to axiomatic metaphysics.** Dordrecht: D. Reidel, 1983.
- ZALTA, E. Essence and modality. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/essence.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ZALTA, E. Fregean senses, modes of presentation and concept. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/modes.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ZALTA, E. & LINSKY, B. In Defense of the Simplest Quantified Modal Logic. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/simple-qml.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ZALTA, E. **Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality.** Cambridge: The MIT Press, 1988.
- ZALTA, E. Natural Numbers and Natural Cardinals as Abstract Objects: A Partial Reconstruction of Frege's Grundgesetze. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/numbers.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ZALTA & E. LINSKY, B. Naturalized Platonism vs. Platonized Naturalism. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível on-line em: <http://mally.stanford.edu/Papers/naturalism.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ZALTA, E. & OPPENHEIMER, P. On the Logic of the Ontological Argument. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/reflections-ontological.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ZALTA, E. Referring to fictional Characters. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível on-line em: <http://mally.stanford.edu/Papers/refer-to-fictions.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ZALTA, E. A (Leibnizian) Theory of Concepts. *In: **The Metaphysics Research Lab – Stanford University.*** Disponível em: <http://mally.stanford.edu/Papers/leibniz.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br